



Governo do Estado de São Paulo
Polícia Civil do Estado de São Paulo
Divisão de Suprimentos - Equipe C

EDITAL

Nº do Processo: 058.00079837/2024-65

Interessado: Divisão de Suprimentos - Equipe C

Assunto: Serviços comuns de engenharia - Reforma do 11º andar do Palácio da Polícia Civil

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

180376 – DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DO DAP

OBJETO

Contratação de serviços comuns de engenharia para ADAPTAÇÃO DO 11º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO DENOMINADO PALÁCIO DA POLÍCIA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso, nos termos do art. 24 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: **07/04/2026** às 10h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço – valor unitário.

MODO DE DISPUTA:

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Edital de Pregão

Versão atualizada em: 09/01/2026

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DO DAP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº **058.00079837/2024-65**)

Torna-se público que a **DIVISÃO DE SUPRIMENTOS DO DAP**, por meio da **COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EQUIPE DE OBRAS**, sediado(a) **Rua Brigadeiro Tobias, 527 – Luz – São Paulo/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços comuns de engenharia, de caráter não contínuo, para ADAPTAÇÃO DO 11º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO DENOMINADO PALÁCIO DA POLÍCIA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, desta licitação, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. [Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.](#)

3.11. [Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

3.11.1. [Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de

julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, formado por um grupo único composto de mais de um item, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% do valor total estimado da presente contratação.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio

de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos,

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.8.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.2.1. A vistoria prévia do local onde será executado o objeto da presente contratação poderá ser agendada através do e-mail: divsupcompras.eqc@policiacivil.sp.gov.br.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 15% (quinze por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de

ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação .

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: Plataforma SEI – Sistema Eletrônico de Informações (Plataforma Oficial do Governo do Estado de São Paulo).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em

especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% a 20% do valor do

Contrato:

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5.% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: divsupcompras.eqc@policiacivil.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caderno e-Negócios públicos e no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de

remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio www.imprensaoficial.com.br/NegóciosPublicos.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência:

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar (sigiloso/incluso no caderno de preços em apartado):

14.15.1.2. Anexo I.2 – Projetos (I):

14.15.1.3. Anexo I.3 – Projetos (II):

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato:

14.15.3. ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta:

14.15.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração Exigida para Habilitação

14.15.5. ANEXO V – Modelos referentes à vistoria prévia:

14.15.6. ANEXO VI – Termo de Ciência e Notificação:

JOÃO FRANCISCO FERREIRA DIAS
Delegado de Polícia Divisionário
Dirigente da UGE-180376



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Ferreira Dias, Delegado de Polícia Divisionário**, em 12/03/2026, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0100696934** e o código CRC **9AE48058**.

ESP-DIVISAO DE SUPRIMENTOS

Termo de Referência 54/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
54/2025	180376-ESP-DIVISAO DE SUPRIMENTOS	JOAO FRANCISCO FERREIRA DIAS	12/03/2026 16:14 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		058.00079837/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de engenharia para ADAPTAÇÃO DO 11º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO DENOMINADO PALÁCIO DA POLÍCIA localizado na Rua Brigadeiro Tobias, 527 - Luz - São Paulo - SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDES.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	SERVIÇOS PRELIMINARES				0,00
010000	Serviço técnico especializado				
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0 - (incluindo Asbulit)	UN	6,00		
01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1 (interiores)	UN	4,00		
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A0	UN	2,00		

01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN	6,00		
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	10,00		
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	5,00		
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0 - Dados	UN	5,00		
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	8,00		
020000	Início, apoio e administração da obra				
02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m²	55,00		
02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	MXMES	480,00		
02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	M	480,00		
02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	8,00		
02.10.020	Locação de obra de edificação	m²	1.122,00		
s/c	Canteiro de Obras	vb	1,00		

s/c	Administração da Obra	vb	1,00		
	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				0,00
030000	Demolição sem reaproveitamento				
03.01.020	Demolição manual de concreto simples	M3	2,00		
03.01.210	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação e acomodação do material	m³	1,50		
03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	18,40		
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	45,00		
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	451,20		
04.06.020	Retirada de piso em material sintético assentado a cola	M2	94,99		
04.06.060	Retirada de rodapé inclusive cordão em material sintético	M	52,45		
03.04.040	Demolição manual de rodapé, soleira ou peitoril, em material cerâmico e/ou ladrilho hidráulico, incluindo a base	m	50,00		
03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	m²	124,20		

04.04.030	Retirada de soleira ou peitoril em pedra, granito ou mármore	M	89,90		
04.07.020	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas	m²	621,00		
04.07.060	Retirada de sistema de fixação ou tarugamento de forro	M2	621,00		
04.01.040	Retirada de divisória em placa de madeira ou fibrocimento com montantes metálicos	M2	1.194,75		
04.05.020	Retirada de piso em tacos de madeira	M2	108,90		
04.05.100	Retirada de rodapé inclusive cordão em madeira	M	841,80		
04.08.060	Retirada de batente com guarnição e peças lineares em madeira, chumbados	M	250,00		
04.08.080	Retirada de elemento em madeira e sistema de fixação tipo quadro, lousa, etc.	M2	150,00		
04.08.100	Retirada de armário em madeira ou metal	M2	390,00		
04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	191,88		
04.09.060	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	308,48		
04.09.080	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, fixados	M	208,00		

04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M2	25,35		
04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	UN	55,00		
04.10.020	Retirada de fechadura ou fecho de embutir	UN	55,00		
04.10.060	Retirada de dobradiça	UN	165,00		
04.11.020	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	20,00		
04.11.030	Retirada de bancada incluindo pertences	M2	2,40		
04.11.040	Retirada de complemento sanitário chumbado	UN	15,00		
04.11.080	Retirada de registro ou válvula embutidos	UN	8,00		
04.14.020	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	3,00		
04.14.040	Retirada de esquadria em vidro	M2	156,40		
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	226,00		
04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	M	1.500,00		
04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	M	3.800,00		

04.18.380	Remoção de condutor embutido diâmetro externo acima de 6,5 mm	M	1.500,00		
04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	4.500,00		
04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	UN	80,00		
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	230,00		
04.20.040	Remoção de lâmpada	UN	678,00		
04.21.060	Remoção de perfilado	M	910,00		
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	24,02		
04.22.100	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm	M	250,00		
04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo até 50 mm	M	1.250,00		
04.22.120	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo acima de 50 mm	M	50,00		
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	250,00		
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	500,00		

050000	Transporte e movimentação, dentro e fora da obra				
05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	M3	450,00		
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	800,00		
05.08.120	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 15° km até o 20° km	M3	350,00		
05.08.140	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 20° km	M3XKM	7.000,00		
	ESTRUTURAS				0,00
090000	Forma				
09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M2	12,00		
100000	Armadura e cordoalha estrutural				
10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	150,00		

110000	Concreto, massa e lastro				
11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	3,00		
11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	m³	3,50		
11.18.160	Enchimento de nichos em geral, com areia	M3	7,00		
	ALVENARIA E OUTROS ELEMENTOS DIVISORES				0,00
140000	Alvenaria e elemento divisor				
14.01.020	Alvenaria de embasamento em tijolo maciço comum	M3	0,88		
14.04.210	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 14 cm	M2	33,00		
14.02.040	Alvenaria de elevação de 1 tijolo maciço comum	M2	15,60		
14.20.010	Vergas, contravergas e pilaretes de concreto armado	M3	0,36		
14.30.070	Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta	M2	26,12		
	Divisória em placas de gesso acartonado,				

14.30.160	resistência ao fogo 60 minutos, espessura 120 /90mm - 1RF / 1RF LM	M2	667,41		
14.30.410	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 30 minutos, espessura 100 /70mm - 1RU / 1RU	M2	31,35		
14.30.843	Divisória tipo piso/teto em vidro temperado duplo e micro persianas, com coluna estrutural em alumínio extrudado	M2	31,35		
	REVESTIMENTOS				0,00
170000	Revestimento em massa e/ou fundido no local				
17.01.040	Lastro de concreto impermeabilizado	M3	2,50		
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,00		
17.02.020	Chapisco	M2	30,00		
17.02.040	Chapisco com branco	M2	305,64		
17.02.120	Emboço comum	M2	305,64		
17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	225,78		
180000	Revestimento cerâmico				
	Revestimento em porcelanato esmaltado acetinado para área				

18.08.090	interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção Bla, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	166,46		
18.08.032	Revestimento em porcelanato esmaltado antiderrapante para área externa e ambiente com alto tráfego, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	104,15		
18.08.180	Rodapé em porcelanato técnico polido para área interna e ambiente de médio tráfego, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	229,00		
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada 20 x 20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	315,24		
32.06.120	Argila expandida	M3	20,70		
190000	Revestimento em pedra				
19.01.064	Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido	M	138,10		
19.03.090	Revestimento em pedra Miracema	M2	36,25		
19.03.110	Rodapé em pedra Miracema, altura de 11,5 cm	M	19,50		

20.20.202	Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	M2	1.114,05		
17.40.010	Reparos em piso de granilite - estucamento e polimento	M2	85,00		
	FORRO, BRISE E FACHADA				0,00
22.02.100	Forro em painéis de gesso acartonado, acabamento liso com película em PVC - 625mm x 1250mm, espessura de 9,5mm, removível	M2	45,50		
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5 mm, fixo	M2	1.571,35		
	ESQUADRIAS E ELEMENTOS METÁLICOS / MADEIRA				0,00
230000	Esquadria, marcenaria e elemento em madeira				
23.09.030	Porta lisa com batente madeira - 70 x 210 cm	UN	5,00		
23.09.040	Porta lisa com batente madeira - 80 x 210 cm	UN	22,00		
23.09.050	Porta lisa com batente madeira - 90 x 210 cm	UN	2,00		
	Porta lisa de madeira, interna, resistente a umidade "PIM RU", para acabamento em pintura,				

23.13.064	de correr ou deslizante, tipo acessível, padrão dimensional pesado, com sistema deslizante e ferragens, completo - 100 x 210 cm	UN	3,00		
23.04.080	Porta em laminado fenólico melamínico com batente em alumínio - 60 x 160 cm	UN	8,00		
s/c	Revestimento em Pannel em mdf tipo Ripado na cor Preto incluindo estrutura de fixação (material e mão de obra)	m2	311,88		
20.10.040	Rodapé de madeira de 7 x 1,5 cm	M	171,00		
15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira (bancada)	M3	0,21		
240000	Esquadria, serralheria e elemento em ferro				
24.06.030	Guarda-corpo com vidro de 8 mm, em tubo de aço galvanizado, diâmetro 1 1/2"	M	19,00		
24.02.290	Porta/portão de correr em chapa cega dupla, sob medida	m²	25,35		
24.20.020	Recolocação de esquadrias metálicas	m²	195,50		
250000	Esquadrias em Alumínio				

25.01.400	Caixilho em alumínio anodizado fixo	m²	8,00		
25.01.080	Caixilho em alumínio de correr, sob medida	M2	195,50		
25.02.020	Porta de entrada de abrir em alumínio, sob medida	M2	10,12		
25.02.250	Porta em alumínio anodizado de abrir, tipo veneziana, sob medida - bronze/preto	M2	2,94		
260000	Esquadria e elemento em vidro				
26.01.080	Vidro liso transparente de 6 mm	M2	16,32		
26.02.020	Vidro temperado incolor de 6 mm	M2	8,00		
26.02.060	Vidro temperado incolor de 10 mm	M2	10,12		
26.03.070	Vidro laminado temperado incolor de 8mm	M2	195,50		
26.04.030	Espelho comum de 3 mm com moldura em alumínio	M2	4,90		
280000	Ferragem complementar para esquadrias				
28.01.020	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	CJ	27,00		

28.01.030	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas	CJ	4,00		
28.01.070	Ferragem completa para porta de box de WC tipo livre/ocupado	CJ	8,00		
28.01.160	Mola aérea para porta, com esforço acima de 50 kg até 60 kg	UN	4,00		
	ACESSIBILIDADE				0,00
300000	Acessibilidade				
30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 mm	UN	4,00		
30.01.050	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 x 800 mm	UN	2,00		
30.01.120	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4' x 400 mm	UN	2,00		
30.08.040	Lavatório de louça para canto sem coluna para pessoas com mobilidade reduzida	UN	2,00		
30.08.060	Bacia sifonada de louça para pessoas com mobilidade reduzida - 6 litros	un	2,00		

30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	4,00		
	PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO				0,00
320000	Impermeabilização, isolamento, proteção e junta				
32.17.040	Impermeabilização em argamassa polimérica com reforço em tela poliéster para pressão hidrostática positiva	M2	145,20		
32.17.010	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	M3	10,16		
330000	Pintura				
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	3.141,62		
33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	565,88		
33.10.020	Tinta látex em massa, inclusive preparo	M2	1.855,50		
33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	M2	185,50		
33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	M2	2.086,20		

33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	82,64		
33.01.350	Preparo de base para superfície metálica com fundo antioxidante	M2	82,64		
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	165,45		
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				0,00
370000	Quadro e painel para energia elétrica e telefonia				
37.01.080	Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm	UN	4,00		
37.01.120	Quadro Telebrás de embutir de 600 x 600 x 120 mm	UN	4,00		
37.03.200	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 16 DIN / 12 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		
37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		
37.13.800	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	80,00		

37.13.810	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	30,00		
37.13.840	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	30,00		
37.13.850	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	20,00		
37.13.860	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 63 A	UN	10,00		
37.13.870	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 400 V, corrente de 80 A até 100 A	UN	10,00		
37.17.060	Dispositivo diferencial residual de 25 A x 30 mA - 2 polos	UN	4,00		
37.17.070	Dispositivo diferencial residual de 40 A x 30 mA - 2 polos	UN	4,00		
37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
37.17.100	Dispositivo diferencial residual de 80 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
37.24.032	Supressor de surto monofásico, Fase-Terra, $I_n > ou = 20$ kA, I_{max} . de surto de 50 até 80 kA	UN	4,00		

380000	Tubulação e conduto para energia elétrica e telefonia básica				
38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3 /4´ com acessórios	M	405,00		
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1´ com acessórios	M	270,00		
38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4´ (tirante)	M	300,00		
38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	500,00		
38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	M	500,00		
38.16.150	Rodapé técnico duplo e tampa com pintura eletrostática	M	348,20		
38.16.160	Curva vertical dupla de 90°, interna ou externa e tampa com pintura eletrostática	UN	50,00		
38.16.190	Terminal de fechamento ou mata junta com pintura eletrostática, para rodapé técnico duplo	UN	50,00		
38.16.200	Curva horizontal dupla de 90°, interna ou externa e tampa com pintura eletrostática	UN	150,00		
38.19.030	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 25 mm	M	1.890,00		

38.19.040	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 32 mm	M	405,00		
38.21.110	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 50 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.120	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios	M	132,00		
38.21.130	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 150 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.140	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 200 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.350	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 300 x 100 mm, com acessórios	M	150,00		
38.22.610	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 50mm	M	150,00		
38.22.620	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100mm	M	132,00		
38.22.630	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 150mm	M	150,00		
38.22.640	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 200mm	M	150,00		
38.22.660	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 300mm	M	150,00		

38.23.010	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 50x50mm	UN	150,00		
38.23.020	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50mm	UN	132,00		
38.23.030	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x50mm	UN	150,00		
38.23.040	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 200x50mm	UN	150,00		
38.23.150	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 300x100mm	UN	150,00		
390000	Condutor e enfição de energia elétrica e telefonia				
39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6 /1kV - isolação HEPR 90°C	M	7.092,00		
39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	2.448,00		
39.21.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm², isolamento 0,6 /1kV - isolação HEPR 90°C	M	600,00		
39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6 /1kV - isolação HEPR 90°C	M	300,00		
39.11.080	Cabo telefônico CI, com 50 pares de 0,50 mm, para centrais telefônicas, equipamentos e rede interna	M	300,00		

39.18.126	Cabo para rede 24 AWG com 4 pares, categoria 6	M	2.000,00		
400000	Distribuição de força e comando de energia elétrica e telefonia				
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	180,00		
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	120,00		
40.05.020	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	50,00		
40.05.040	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	20,00		
40.05.060	Interruptor com 3 teclas simples e placa	cj	10,00		
40.05.170	Interruptor bipolar paralelo, 1 tecla dupla e placa	cj	8,00		
40.05.180	Interruptor bipolar simples, 1 tecla dupla e placa	cj	4,00		
40.07.010	Caixa em PVC de 4' x 2'	un	70,00		
40.07.020	Caixa em PVC de 4' x 4'	un	10,00		
40.02.060	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 200 x 200 x 100 mm	UN	50,00		
40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	cj	15,00		
40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	un	150,00		

40.06.040	Condutele metálico de 3/4´	cj	150,00		
40.06.060	Condutele metálico de 1´	cj	150,00		
410000	Iluminação				
41.14.620	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta com refletor e aletas parabólicas para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares 28/54W	UN	15,00		
41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 a 24 W	UN	182,00		
41.02.551	Lâmpada led tubular T8 com base G13, de 1850 até 2000 lm - 18 a 20W	un	30,00		
43.20.130	Caixa de passagem para condicionamento de ar tipo Split, com saída de dreno único na vertical - 39 x 22 x 6 cm	UN	22,00		
43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00		
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS				0,00
440000	Bancadas, aparelhos, louças e metais				

44.01.800	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada sem tampa - 6 litros	CJ	9,00		
44.01.200	Mictório de louça sifonado auto aspirante	UN	2,00		
44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	UN	9,00		
44.01.310	Tanque de louça com coluna de 30 litros	UN	2,00		
44.03.645	Torneira para bancada automática, acionamento hidromecânico, em latão cromado, DN= 1/2' ou 3/4'	UN	9,00		
44.03.470	Torneira de parede para pia com bica móvel e arejador, em latão fundido cromado	UN	2,00		
44.03.450	Torneira longa sem rosca para uso geral, em latão fundido cromado	UN	2,00		
44.03.300	Torneira volante tipo alavanca	UN	2,00		
44.20.280	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	10,00		
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1'	UN	15,00		
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2'	un	15,00		
44.06.320	Cuba em aço inoxidável simples de 560x330x140mm	UN	2,00		
44.20.620	Válvula americana	UN	2,00		

44.20.640	Válvula de metal cromado de 1 1/2´	UN	11,00		
460000	Tubulação e condutores para líquidos e gases				
46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4´), inclusive conexões	M	100,00		
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1´), inclusive conexões	M	100,00		
46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	50,00		
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	50,00		
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	80,00		
46.27.070	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 5/16", inclusive conexões	M	215,00		
46.27.080	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/8", inclusive conexões	M	150,00		

46.27.090	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/2", inclusive conexões	M	150,00		
32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2' (cobre)	M	515,00		
32.11.420	Manta em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para isolamento térmico de tubulação acima de 6'	M2	10,00		
61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	50,00		
470000	Válvulas e aparelhos de medição e controle para líquidos e gases				
47.02.020	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4' - linha especial	UN	9,00		
47.02.050	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1 1/2' - linha especial	UN	4,00		
47.01.020	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4'	UN	2,00		
47.04.100	Válvula de mictório padrão, vazão automática, DN= 3/4'	UN	2,00		
490000	Caixa, ralo, grelha e acessório hidráulico				

49.01.020	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	9,00		
49.01.030	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	2,00		
500000	Deteccção, combate e prevenção a incêndio				
50.01.320	Abrigo de hidrante de 1 1/2' completo - inclusive mangueira de 30 m (2 x 15 m)	UN	4,00		
50.01.090	Botoeira para acionamento de bomba de incêndio tipo quebra-vidro	UN	4,00		
50.05.312	Bloco autónomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis	UN	30,00		
50.05.270	Central de detecção e alarme de incêndio completa, autonomia de 1 hora para 12 laços, 220 V /12 V	UN	2,00		
50.05.280	Sirene tipo corneta de 12 V	UN	4,00		
50.10.060	Extintor manual de pó químico seco BC - capacidade de 8 kg	UN	4,00		
50.10.100	Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros	UN	8,00		

	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				0,00
550000	Limpeza				
55.01.020	Limpeza final da obra	M2	1.200,00		
55.01.100	Limpeza complementar e especial de vidros	M2	234,84		
970000	Comunicação visual				
97.02.210	Placa de sinalização em PVC para ambientes	UN	7,20		
97.02.036	Placa de identificação em PVC com texto em vinil	M2	6,20		
97.05.140	Suporte de perfil metálico galvanizado	KG	30,00		
	VALOR TOTAL DA OBRA BDI 0,00%				0,00
	BDI (%)				0,00
	VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI				0,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses, contados a partir da data da ordem de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.2. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **Caução em dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.2.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.3. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10h00min às 17h00min, e serão agendadas através do e-mail institucional: divsupcompras.eqc@policiacivil.sp.gov.br. .

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.1. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Unidade Contratante nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: deverão ser de acordo com o estabelecido no Projeto Executivo da obra (memorial descritivo – ANEXO I.2).

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS	VALOR	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	TOTAIS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3	ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
4	ALVENARIA E OUTROS ELEMENTOS DIVISORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
5	REVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
6	FORRO BRISE E FACHADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
7	ESQUADRIAS E ELEMENTOS METÁLICOS /MADEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
8	ACESSIBILIDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
9	PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
12	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	VALOR TOTAL - BDI 0%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	VALOR TOTAL BDI (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Local e horário da prestação dos serviços:

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s): Rua Brigadeiro Tobias, nº 527 – Luz - São Paulo/Capital, 11º pavimento no prédio denominado “Palácio da Polícia”, conforme as especificações técnicas constantes do Projeto Básico, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe, observadas as normas técnicas da ABNT.

5.3.. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 08h00min às 17h00min

5.4.. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS

Está prevista a demolição de todas as instalações internas do 11º pavimento.

Serão retiradas todas as divisórias, esquadrias (portas e janelas), rodapés, instalações elétricas completas, instalações hidráulicas e sanitárias incluindo todas as louças e metais, revestimentos cerâmicos em pisos e paredes, guarda corpo da área externa, forros, perfilados, cortinas, quadros, painéis soleiras e peitoris.

Todas as instalações hidráulicas e elétricas deverão ser substituídas na sua totalidade.

Todas as janelas existentes serão substituídas por esquadrias de alumínio anodizadas na cor branca e todas as portas internas de madeira deverão ser substituídas por conjunto porta/batente /ferragens novos.

5.6. ALVENARIA E ELEMENTOS DIVISÓRIOS

As alvenarias internas de vedação serão executadas com blocos cerâmicos, seguindo as dimensões informadas em planilhas.

Para o embasamento do piso elevado e demais pontos de reparos, deverão ser utilizados tijolos maciços comum.

Serão instaladas divisórias em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos, espessura 120/90mm - 1RF / 1RF LM, em todos ambientes, conforme dimensões em projeto.

O item remunera o fornecimento e instalação de paredes de fechamento e/ou divisórias drywall para vedações internas não estruturais com 120 mm de espessura e resistência ao fogo de 60 minutos, composta por: uma chapa em cada face da estrutura, tipo resistente ao fogo e com 157 de 824 espessura de 15 mm (1 RF 15 + 1 RF 15); isolamento acústico de 52 dB, com lã mineral de vidro com espessura de 100 mm; estrutura em perfis leves de aço galvanizado por processo contínuo de zincagem por imersão a quente, compreendendo perfis de aço com espessura de 0,50 mm, largura nominal de 90 mm, denominados guias e montantes espaçados de eixo a eixo em 400 ou 600 mm, conforme altura entre as fixações; perfil cantoneira perfurada com

espessura de 0,43 mm para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, cantoneiras, tabicas metálicas e rodapés metálicos, quando houver; fita de papel microperfurada, empregada nas juntas entre chapas; fita de papel com reforço metálico, para acabamento e proteção das chapas nos cantos salientes, quando houver; fita para isolamento acústico; massa especial para rejuntamento de pega rápida em pó, para o preparo da superfície a ser calafetada, massa especial para a calafetação e colagem das chapas.

Remunera também acessórios para completa instalação e a execução de recortes para portas, janelas, luminárias, pilares ou vigas, não devendo ser descontados os vãos decorrentes

Serão instaladas também Divisórias em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 30 minutos, espessura 100/70mm - 1RU / 1RU nos sanitários.

Todas as paredes divisórias deverão estar perfeitamente alinhadas com o piso e forro, bem como seguir a linearidade entre os pilares existentes em concreto armado

Conferir sempre as medidas no local da implantação, salvo modificações autorizadas pela fiscalização e registro no diário de obra.

5.7. REVESTIMENTOS DE PAREDES

As paredes internas da copa e sanitários serão revestidas com chapisco, emboço e revestimento cerâmico com placa retangular monoporosa, na cor branco “extra”, com rejunte na cor branco até o teto.

As paredes internas em alvenaria dos demais ambientes serão revestidas com chapisco, emboço e reboco com argamassa pré-fabricada, sobre a qual será aplicada a massa acrílica e pintura.

Nos pilares existentes em concreto armado deverão ser assentados painéis de madeira, do tipo ripado preto, nas dimensões indicadas em projeto, devidamente estruturado internamente para o travamento das peças e acabamento esmero e com arremates perfeitos.

5.8. REVESTIMENTOS DE PISOS

Todo o piso interno com revestimento em tacos de madeira deverá ser reformado, com lixamento, calafetação e aplicação de verniz (sinteco) apropriado tipo semibrilho.

Todos os pisos cerâmicos deverão ser demolidos incluindo a base.

Na copa, refeitório e sanitários piso será em placas de porcelanato esmaltado (dimensão mínima 60 x 60 cm), com marca de qualidade reconhecida e padrão de qualidade aprovado previamente pela fiscalização.

Nos ambientes onde houver ralo, deverá ser observado o caimento de 1% em direção ao ralo para o escoamento de água.

Nos ambientes onde os pisos estiverem na cota + 0,15 m, deverá ser feito o nicho com preenchimento de argila expandida e enchimento com areia compactada, lastro de concreto, camada de regularização para recebimento do piso acabado do tipo porcelanato.

5.9. ESQUADRIAS METÁLICAS

As dimensões de todas as esquadrias estão descritas no projeto arquitetônico, podendo ser ajustadas no local da obra em função de algum fato imprevisível, desde que sejam mantidos os coeficientes de iluminação e ventilação, em atendimento as normas técnicas.

Está previsto a colocação de caixilhos de alumínio anodizado na cor branca para receber vidro laminado de 6,0 mm de espessura e dimensões especificadas em projeto, em todas as janelas externas.

As esquadrias de correr existentes serão retiradas e substituídas por esquadrias de alumínio, porém o desenho, dimensões dos contramarcos e vãos serão rigorosamente iguais à esquadria de ferro existente.

Todas as esquadrias deverão ser previamente aprovadas pela fiscalização antes do seu assentamento, e deverão atender as suas especificações nos quesitos segurança, qualidade dos materiais, acabamento e resistência.

Na área externa existente será instalado um pergolado metálico em perfis metalon, com seção estimada e aproximada de 100 x 250 mm (elaborar projeto executivo), com pintura em esmalte sobre fundo preparador antiferruginoso, para receber a cobertura em vidro laminado.

5.10. ESQUADRIAS DE MADEIRA

As folhas de portas e elementos afins terão o seu núcleo à prova d'água constituída pôr sarrafos, de cedro ou madeira equivalente aglutinados com cola á prova d'água, capeada com duas lâminas, uma em cada face, com espessura mínima de 4,0 mm. Os montantes das folhas deverão ter largura tal que permita, de um lado, embutir completamente as fechaduras e, do outro, fixar os parafusos das dobradiças na madeira maciça.

Nos boxes dos sanitários serão instaladas portas em compensado de madeira revestida nas duas faces, em laminado fenólico melamínico, batente e acessórios necessários para a montagem e fixação do batente e da folha serão em alumínio na cor cinza metálico.

Devem ser empregadas madeiras de boa qualidade, secas, isentas de nós, rachaduras, falhas e empenamentos, seguindo rigorosamente as medidas constantes no projeto.

Todas as ferragens das portas deverão ser de primeira qualidade, com marca reconhecida no mercado, e que deverá ser submetida previamente à fiscalização para posterior instalação.

5.11. PINTURA

Todas as superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas, curadas e preparadas ao tipo de pintura a que se destinam. A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se a precaução especial contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente.

As tintas deverão ser de boa qualidade com bom rendimento e boa cobertura e as cores a serem utilizadas ficarão seguir as especificações da fiscalização ou poderão ser alteradas a critério da fiscalização.

Nas paredes internas (alvenaria e divisórias em drywall) serão aplicadas três demãos de pintura à base de látex acrílico semibrilho na cor branco gelo.

Nos forros de gesso acartonado, após emassamento e preparo com massa corrida PVA, será aplicada duas demãos de Tinta Látex PVA na cor branco neve.

As portas, batentes e guarnições de madeira, após lixadas, emassadas e preparadas receberão duas demãos de pintura em esmalte sintético na cor branco.

5.12. VIDROS

Nos caixilhos de alumínio (8mm) e portas (10 mm) serão utilizados vidros laminados e temperados transparentes nas quantidades e espessuras contidas em planilha.

Está previsto a colocação de vidro laminado na cobertura externa a ser ampliada para instalação de um pergolado metálico.

Nas janelas dos sanitários serão instalados vidros jateados ou fantasia, na espessura de 5,0 mm.

Os vidros comuns serão fixados com massa dupla de calafetador a base de elastômero e não poderão apresentar defeitos do tipo, bolhas, empenamentos e trincas.

5.13. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Deverão ser executadas em conformidade com as normas técnicas ABNT, especificações vigentes da concessionária local e Projeto Executivo da obra, a ser desenvolvido pela empresa executora através de profissional habilitado.

Está previsto todas as instalações elétricas desde as caixas de distribuição, disjuntores, cabeamento, caixas de passagem, eletrocalhas, tomadas, interruptores, luminárias internas e a infraestrutura para o sistema de cabeamento estruturado (dados).

Também deverá contemplar as instalações de infraestrutura completa para receber os aparelhos de climatização, conforme quantitativos previstos em planilha.

As instalações a serem executadas devem ser garantidas quanto à qualidade dos materiais empregados e a mão de obra.

O instalador deverá substituir por sua conta, qualquer material ou aparelho de seu fornecimento que apresentar defeito decorrente de fabricação ou má instalação. Ficam ressalvados, entretanto, os casos em que os defeitos provenham do mau uso das instalações ou desgaste natural dos materiais.

Todo serviço considerado mal acabado, tais como caixas tortas, quadros mal feitos, altura dos pontos diferente das especificadas, etc., deverá ser refeito à custa do instalador, a critério da fiscalização.

Devem ser observadas as seguintes normas para a perfeita execução dos serviços:

- a) emprego de ferramentas apropriadas para cada tipo de serviço ou atividade;
- b) as tubulações deverão estar limpas e secas, caso seja necessário o uso de lubrificante, deverá ser utilizado talco;

- c) as emendas deverão ser isoladas e executadas somente dentro das caixas;
- d) as emendas dos condutores com secção superior a 6 mm² deverão ser feitas por meio de conectores apropriados.

5.14. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

As instalações hidráulicas e sanitárias deverão seguir os projetos específicos, atendimento às Normas Técnicas da ABNT e demais especificações da concessionária local.

Nas redes de alimentação de água fria e na rede de esgoto deverão ser utilizados tubos e conexões de PVC.

Os aparelhos sanitários, registros, válvulas, lavatórios e bacias sanitárias serão de primeira linha de marca já conhecida e aprovada no mercado, e com modelo e qualidade que deverá ser aprovado previamente pela fiscalização.

Deverão ser previstas as instalações de drenos para os aparelhos de climatização. Os locais, bem como as suas posições serão indicadas pela fiscalização.

O perfeito estado das peças empregadas deverá ser verificado, antes do seu assentamento.

As peças em granito (bancadas) terão acabamento polido, espessura 20mm (ou conforme variações de espessura detalhadas nos projetos executivos), do tipo Cinza Andorinha.

As peças deverão ser chumbadas nas paredes, bem como apoiadas por suportes metálicos (para a situação das bancadas). Os arremates deverão ser realizados em massa plástica seguindo a tonalidade do granito

Nos banheiros para deficientes deverão ser instaladas as peças e demais acessórios conforme NBR 9050/1994.

5.15. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

A empreiteira deverá proceder à remoção de todo o entulho e entregar a obra totalmente limpa. A limpeza abrangerá vidros, azulejos, pisos, louças e metais.

A fiscalização deverá rejeitar os serviços que não estiverem de acordo com as normas técnicas e especificações.

5.16. OBSERVAÇÕES GERAIS

A contratada deverá submeter à apreciação da fiscalização, em tempo hábil, amostras ou catálogos dos materiais especificados para a obra.

A Contratada deverá manter contato com autarquias, concessionárias e órgãos públicos, a fim de obter as aprovações necessárias, bem como atender eventuais ressalvas relacionadas às novas instalações (Prefeitura Municipal, Corpo de bombeiros, Concessionárias de energia elétrica e Água/esgoto).

A contratada será responsável pelos diversos testes das instalações hidráulicas e esgoto, instalações elétricas e aterramento. Os mesmos deverão ser programados com a fiscalização, não sendo permitido o fechamento dos rasgos nas paredes onde se encontram, sem que estejam devidamente aprovados.

Serviços que exijam mão-de-obra especializada, dedicada inteiramente a um determinado protótipo comercial, deverão ser executados por mão-de-obra credenciada junto ao fabricante.

Especificação da garantia do serviço

5.17.. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da legislação aplicável.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.18. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será feita por medições registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos e serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.2.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.2.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.2.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios adotados no item 7.1.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, nos termos do §5º do art. 92, da Lei 14.133/2021.

7.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3.2. O Contratado também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art.1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art.1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art.1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.3.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art.1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art.

1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal nos termos do §5º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.4.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, após inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões que se fizerem necessários.

7.4.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.6.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. O Contratante exigirá do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) "habite-se" emitido pelo Município; e

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018/c/ Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da medição, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA/CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço unitário**.

8.3. Critérios de aceitabilidade de preços

8.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

1.23.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

1.23.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.23.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.26. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional CREA, em plena validade;

8.26.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.27. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

a. **Para Engenheiro (a) civil ou arquiteto (a) os serviços de:**

DESCRIÇÃO	UNID.	RELEVÂNCIA	QUANT. TOTAL	QUANT. EXIGIDA (50%)
Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos, espessura 120/90 mm – 1RF / 1RF LM	M²	6,10%	667,41	334,00
Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	M²	6,90%	1.114,05	557,00
Forro fixo em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5 mm	M²	6,80%	1.571,35	786,00

8.27.1. O(s) profissional (is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.27.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

8.28. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.28.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.28.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.29. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.30. Tratando-se de consórcio:

8.30.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.30.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.30.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.30.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. *Gestão/Unidade:* **UASG – 180376 – Divisão de Suprimentos do DAP;**
- II. *Fonte de Recursos:* **150010001;**
- III. *Programa de Trabalho:* **180205;**
- IV. *Elemento de Despesa:* **339039;**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO FRANCISCO FERREIRA DIAS

Autoridade competente



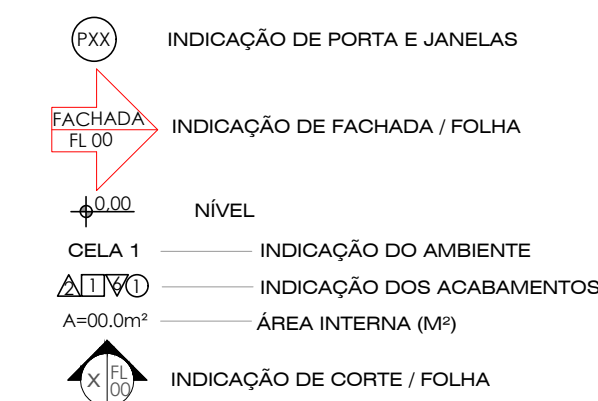
Assinou eletronicamente em 12/03/2026 às 16:14:02.

ESP-DIVISAO DE SUPRIMENTOS

Estudo Técnico Preliminar 25/2024



[Este documento é sigiloso | Justificativa: Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.]

Número do processo: 058.00079837/2024-65



LEGENDA DE ACABAMENTOS	
RODAPÉ	
①	RODAPÉ CERÂMICO
②	RODAPÉ EM PORCELANATO ACETINADO
③	RODAPÉ DE MADEIRA
④	RODAPÉ VINÍLICO
⑤	RODAPÉ TÉCNICO EM ALUMÍNIO
PAREDE	
1	REVESTIMENTO COM EMASSAMENTO E PINTURA ACRÍLICA
2	REVESTIMENTO EM AZULEJO
3	REVESTIMENTO EM PAINEL DE MADEIRA
4	REVESTIMENTO TEXTURIZADO
5	REVESTIMENTO EM PEDRAS
TETO	
△	LAJE
△	FORRO DE GESSO ACARTONADO EM PLACAS
△	FORRO DE MADEIRA
△	FORRO EM RÉGUAS DE PVC
△	COBERTURA APARENTE
PISO	
▽	PISO CERÂMICO
▽	PISO EM PORCELANATO ACETINADO
▽	PISO COM TACOS DE MADEIRA
▽	PISO VINÍLICO
▽	PISO LAMINADO
▽	PISO ELEVADO
▽	PISO DE GRANILITE


LEGENDA DE PISOS	
	PISO COM TACOS DE MADEIRA
	PISO ELEVADO COM ACABAMENTO EM PORCELANATO ACETINADO
	PISO PORCELANATO ACETINADO

FECHAMENTOS	
	PAREDE EM ALVENARIA
	PAREDE EM DRYWALL

LEGENDA DE PORTAS						
Nome	Descrição	Material	Sistema	Largura	Altura	Quantidade
PM1	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,90	2,10	2,00
PM2	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,80	2,10	24,00
PM3	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,70	2,10	2,00
PM4	Porta	Madeira laminada	1 fl - abrir	0,60	1,60	8,00
PM5	Porta	Madeira	1 fl - correr	conforme projeto	conforme projeto	conforme projeto
PA1	Porta	Alumínio c/ Vidro	2 fl - abrir	2,30	2,10	2,00
PA2	Porta	Alumínio Veneziana	2 fl - abrir	1,40	2,10	1,00
PA3	Porta	Alumínio c/ Vidro	2 fl - correr	0,50	2,10	1,00
PCI	Corta Fogo	Metálica	1 fl - abrir	1,00	2,10	1,00
PA4	Porta	Alumínio c/ Vidro Fosco	1 fl - correr	1,20	2,10	1,00
PA5	Porta	Alumínio c/ Vidro Fosco	1 fl - abrir	0,80	2,10	1,00

LEGENDA DE JANELAS							
Nome	Descrição	Material	Sistema	Largura	Altura	Peitoril	Quantidade
JA1	Janela	Alumínio c/ Vidro	correr	3,40	2,00	1,00	23
JF1 - e	Janela existente	Ferro	basculante	0,60	1,00	1,20	16
JF2 - e	Janela existente	Ferro	basculante	1,20	1,60	0,90	3
JF3 - e	Janela existente	Ferro	basculante	0,80	1,60	0,90	1
JF4 - e	Janela existente	Ferro	basculante	1,50	1,60	0,90	5

NOTAS:
CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
COTA PROPOSTA PARA O FORRO DE GESSO: 15 CM ABAIXO DA VIGA

		CUNHA NETO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA email: eder@cunhanetohormenaria.com.br (015) 99786 - 5190	
PROPRIETARIO			
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DE SÃO PAULO			
ENDEREÇO			
RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527 - SÃO PAULO/SP			
TÍTULO			
ADEQUAÇÃO INTERNA DO 11º PAVIMENTO			
ASSUNTO			FOLHA
PLANTA DE LAYOUT			ARQ - 03
ÁREAS - (M²)	ESCALA:	REVISÃO :	DATA:
1.382,30 M2	INDICADA	00	JUNHO/2025
ENGº EDER CUNHA NETO CREA : 5060125845			

- (PXX)

INDICAÇÃO DE PORTA E JANELAS
- FACHADA
FL 00

INDICAÇÃO DE FACHADA / FOLHA
- ±0.00

NÍVEL
- CELA 1

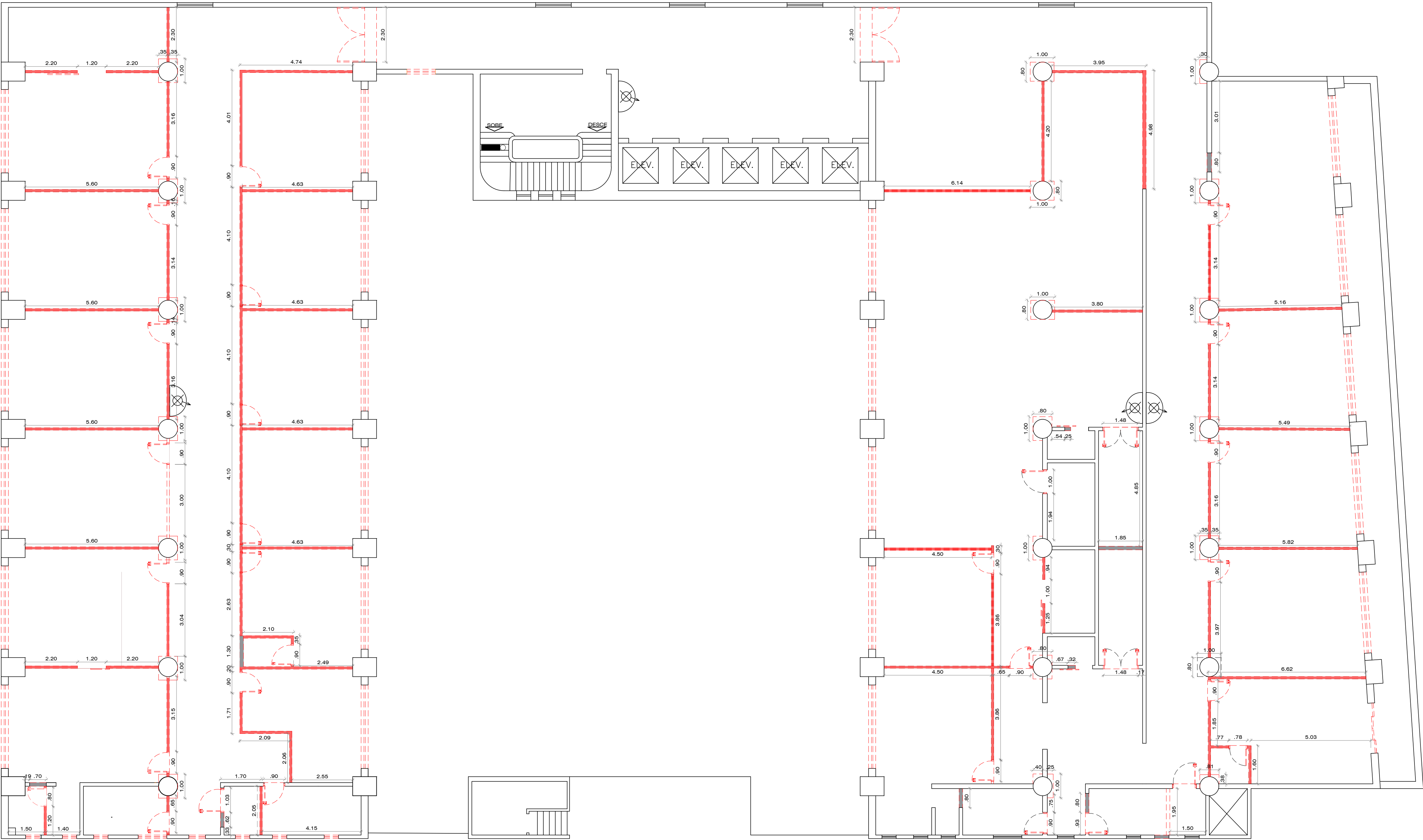
INDICAÇÃO DO AMBIENTE
- A=00.0m²

INDICAÇÃO DOS ACABAMENTOS
- A=00.0m²

ÁREA INTERNA (M²)
- X
FL 00

INDICAÇÃO DE CORTE / FOLHA

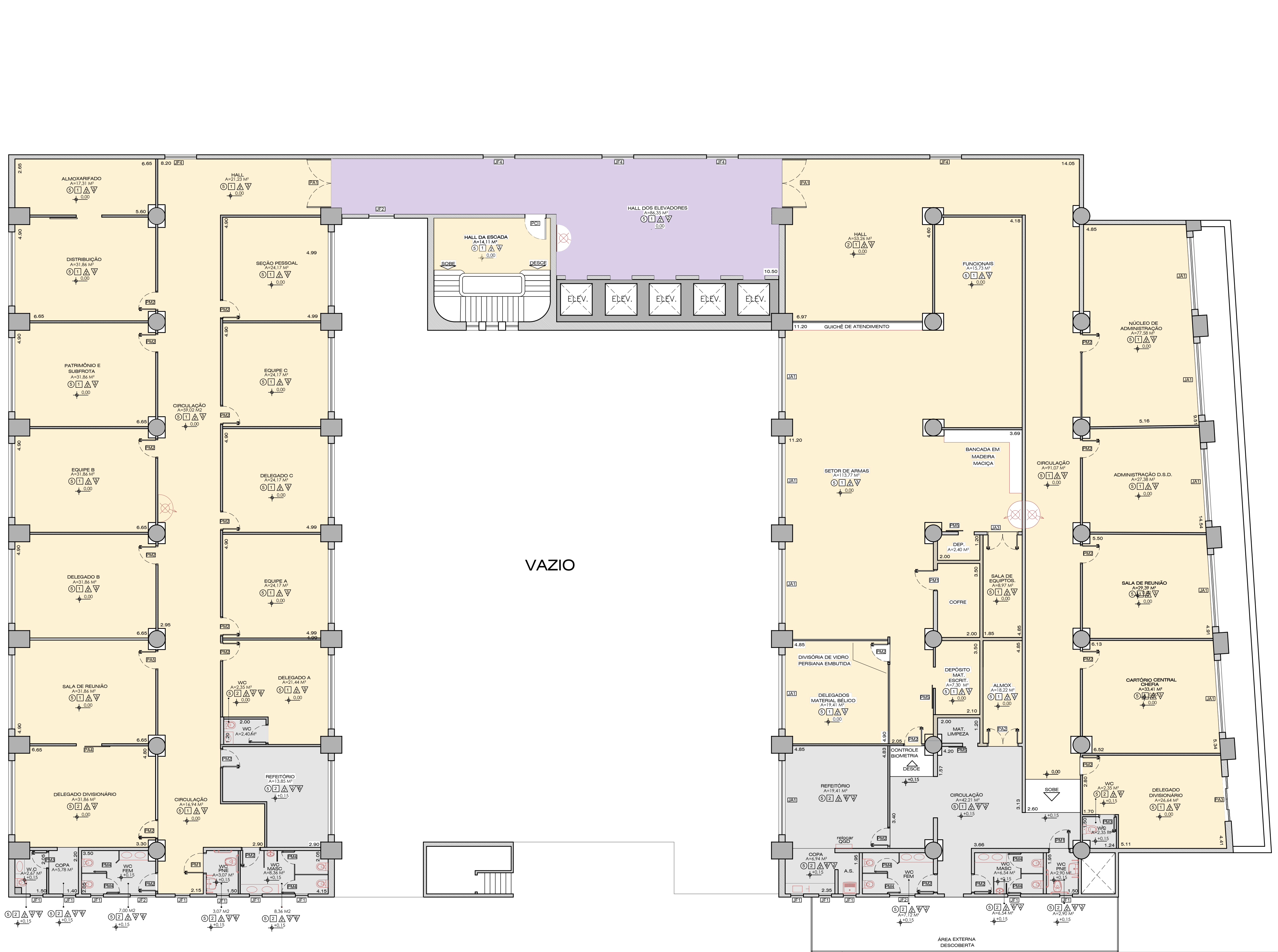
LEGENDA	
<div></div>	PAREDE A CONSTRUIR EM DRYWALL
<div></div>	PAREDE A CONSTRUIR EM ALVENARIA
<div></div>	DIVISÓRIAS ESQUADRIAS NOVAS
<div></div>	PAREDES EXISTENTES



PLANTA DE CONSTRUÇÃO - 11º PAVIMENTO
ESC 1:100

CUNHA NETO
ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
email: eder@cunhanetoengenharia.com.br
(015) 99786 - 5190

PROPRIETÁRIO			
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DE SÃO PAULO			
ENDEREÇO			
RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527 - SÃO PAULO/SP			
TÍTULO			
ADEQUAÇÃO INTERNA DO 11º PAVIMENTO			
ASSUNTO		FOLHA	
PLANTA DE CONSTRUÇÃO		ARQ - 02	
ÁREAS (M²)	1.382,30 M2	ESCALA:	INDICADA
REVISÃO:	00	DATA:	JUNHO/2025
ENGº EDER CUNHA NETO CREA : 5060125845			



INDICAÇÃO DE PORTA E JANELAS

INDICAÇÃO DE FACHADA / FOLHA

NÍVEL

CELDA 1

INDICAÇÃO DO AMBIENTE

INDICAÇÃO DOS ACABAMENTOS

ÁREA INTERNA (M²)

INDICAÇÃO DE CORTE / FOLHA

LEGENDA DE ACABAMENTOS	
RODAPÉ	
1	RODAPÉ CERÂMICO
2	RODAPÉ EM PORCELANATO ACETINADO
3	RODAPÉ DE MADEIRA
4	RODAPÉ VINÍLICO
5	RODAPÉ TÉCNICO EM ALUMÍNIO
PAREDE	
1	REVESTIMENTO COM EMASSAMENTO E PINTURA ACRÍLICA
2	REVESTIMENTO EM AZULEJO
3	REVESTIMENTO EM PAINEL DE MADEIRA
4	REVESTIMENTO TEXTURIZADO
5	REVESTIMENTO EM PEDRAS
TETO	
1	LAJE
2	FORRO DE GESSO ACARTONADO EM PLACAS
3	FORRO DE MADEIRA
4	FORRO EM RÉGUAS DE PVC
5	COBERTURA APARENTE
PISO	
1	PISO CERÂMICO
2	PISO EM PORCELANATO ACETINADO
3	PISO COM TACOS DE MADEIRA
4	PISO VINÍLICO
5	PISO LAMINADO
6	PISO ELEVADO
7	PISO DE GRANILITE

LEGENDA DE PISOS	
1	PISO COM TACOS DE MADEIRA
2	PISO ELEVADO COM ACABAMENTO EM PORCELANATO ACETINADO
3	PISO PORCELANATO ACETINADO

FECHAMENTOS	
1	PAREDE EM ALVENARIA
2	PAREDE EM DRYWALL

LEGENDA DE PORTAS						
Nome	Descrição	Material	Sistema	Largura	Altura	Quantidade
PM1	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,90	2,10	2,00
PM2	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,80	2,10	24,00
PM3	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,70	2,10	2,00
PM4	Porta	Madeira laminado	1 fl - abrir	0,60	1,60	8,00
PM5	Porta	Madeira	1 fl - correr	conforme projeto	conforme projeto	conforme projeto
PA1	Porta	Alumínio c/ Vidro	2 fl - abrir	2,30	2,10	2,00
PA2	Porta	Alumínio Veneziana	2 fl - abrir	1,40	2,10	1,00
PA3	Porta	Alumínio c/ Vidro	2 fl - correr	0,50	2,10	1,00
PC1	Corta Fogo	Metálica	1 fl - abrir	1,00	2,10	1,00
PA4	Porta	Alumínio c/ Vidro Fosco	1 fl - correr	1,20	2,10	1,00
PA5	Porta	Alumínio c/ Vidro Fosco	1 fl - abrir	0,80	2,10	1,00

LEGENDA DE JANELAS						
Nome	Descrição	Material	Sistema	Largura	Altura	Peitoril
JA1	Janela	Alumínio c/ Vidro	correr	3,40	2,00	1,00
JF1 - e	Janela existente	Ferro	basculante	0,60	1,00	1,20
JF2 - e	Janela existente	Ferro	basculante	1,20	1,60	0,90
JF3 - e	Janela existente	Ferro	basculante	0,80	1,60	0,90
JF4 - e	Janela existente	Ferro	basculante	1,50	1,60	0,90

NOTAS:
CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
COTA PROPOSTA PARA O FORRO DE GESSO: 15 CM ABAIXO DA VIGA

CUNHA NETO

PROPRIETÁRIO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DE SÃO PAULO

ENDEREÇO

RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527 - SÃO PAULO/SP

TÍTULO

ADEQUAÇÃO INTERNA DO 1º PAVIMENTO

ASSUNTO

PLANTA DE ACABAMENTOS

ÁREAS - T.M.P

1.382,30 M2

ESCALA

INDICADA

REVISÃO

00

DATA

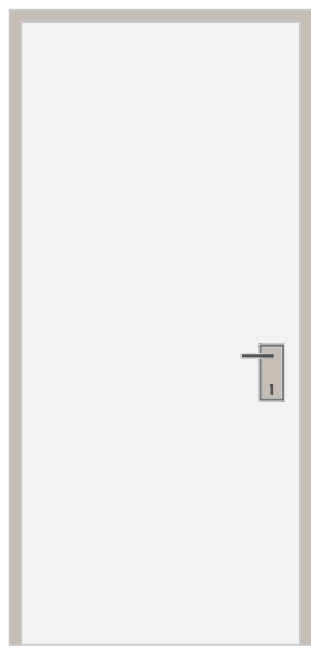
JUNHO/2025

ENGº EDER CUNHA NETO

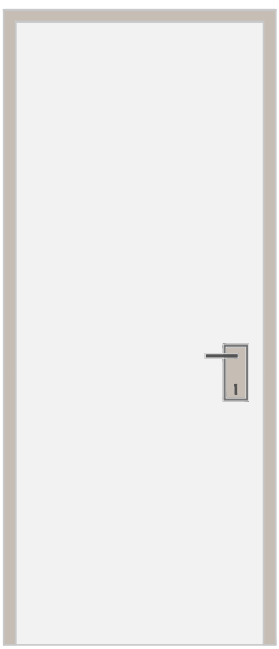
CREA : 5060125845

ARQ - 04

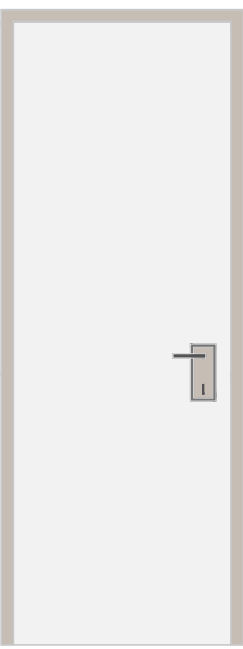
015) 99786 - 5190



PM1
QUANTIDADE: 02
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: MADEIRA



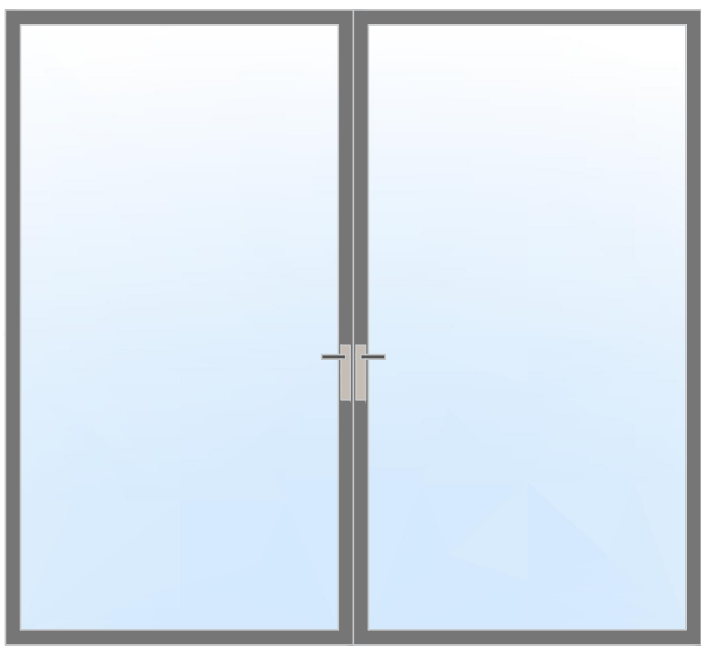
PM2
QUANTIDADE: 22
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: MADEIRA



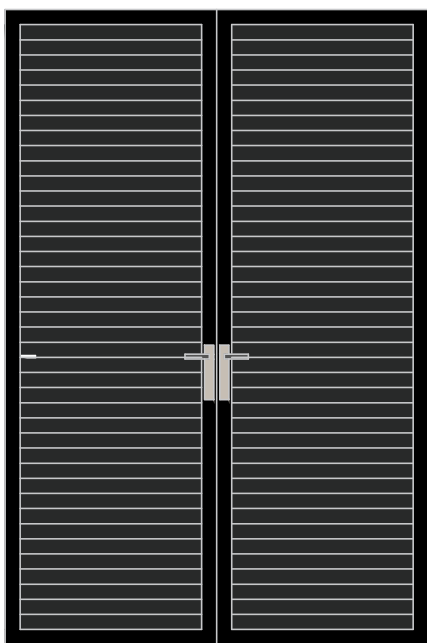
PM3
QUANTIDADE: 03
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: MADEIRA



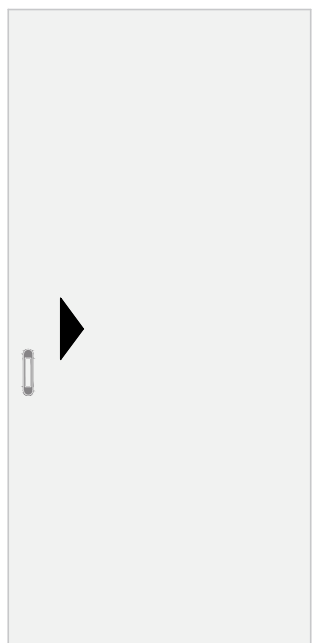
PM4
QUANTIDADE: 08
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: MADEIRA



PA1
QUANTIDADE: 02
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: ALUMÍNIO COM VIDRO



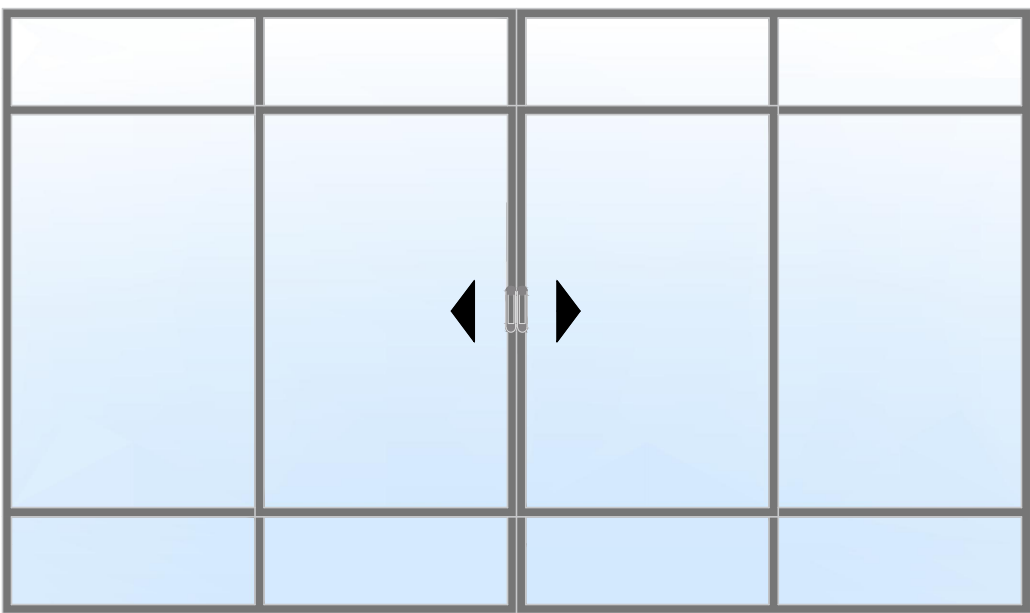
PA2
QUANTIDADE: 01
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: ALUMÍNIO VENEZIANA



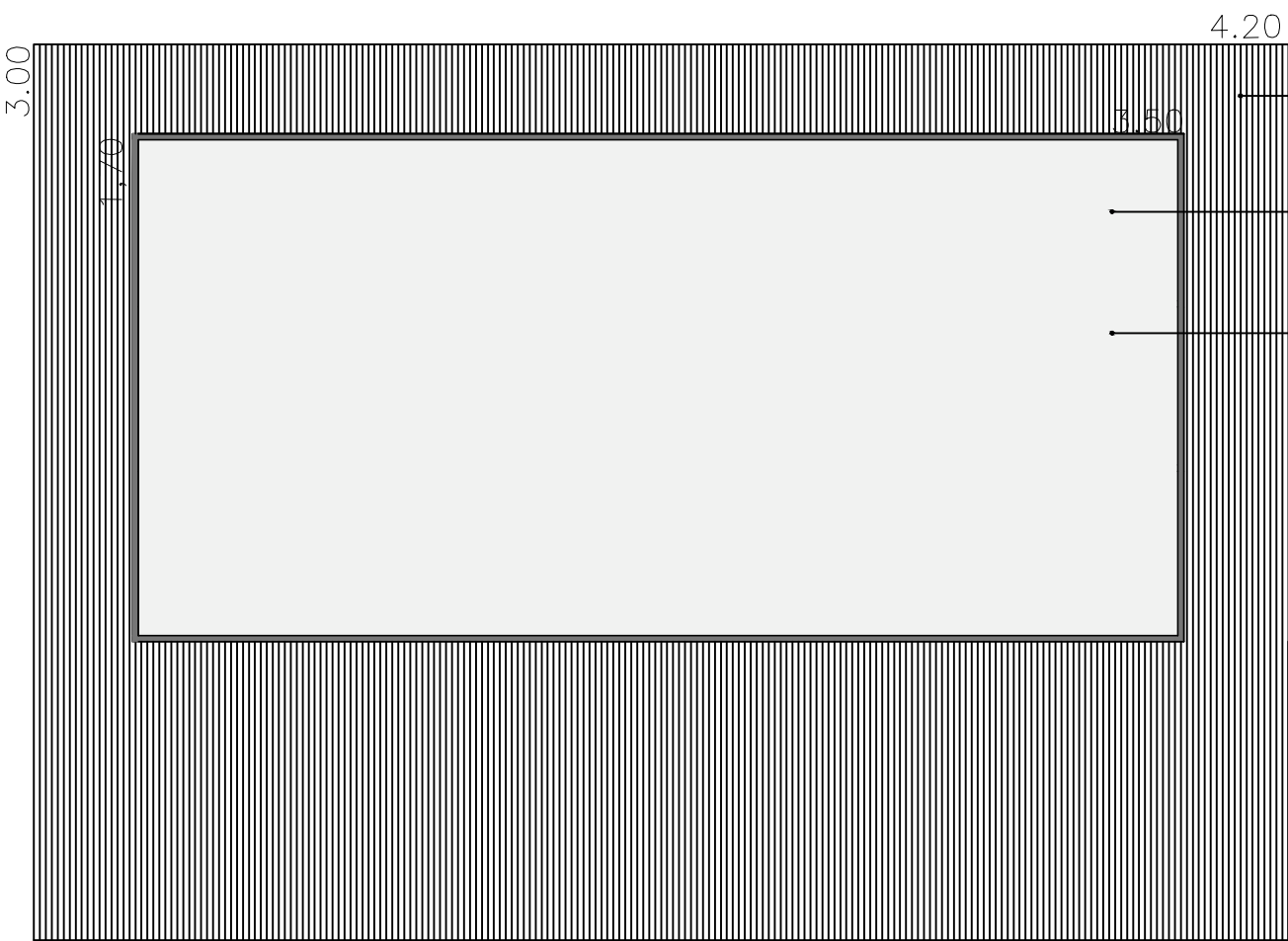
PM5
QUANTIDADE: CONFORME O PROJETO
SISTEMA: CORRER
MATERIAL: MADEIRA



PA3
QUANTIDADE: 01
SISTEMA: CORRER
MATERIAL: ALUMÍNIO COM VIDRO



JA1
QUANTIDADE: 23
SISTEMA: CORRER
MATERIAL: ALUMÍNIO COM VIDRO



VISTA FRONTAL DO MEMORIAL
ESCALA: 1:25

PAINEL RIPADO DE MADEIRA PRETA

FECHAMENTO COM VIDRO DE CORRER

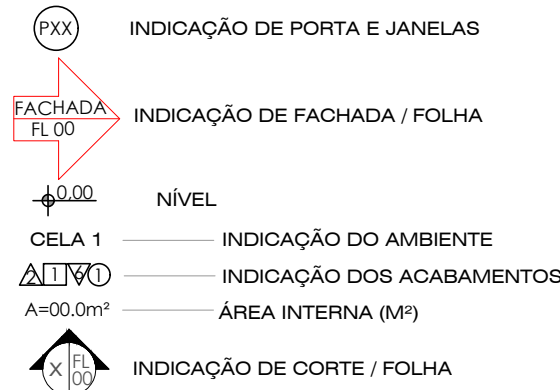
PAINEL EM MADEIRA FREIJÓ



PA4
QUANTIDADE: 01
SISTEMA: CORRER
MATERIAL: ALUMÍNIO COM VIDRO FOSCO



PA5
QUANTIDADE: 01
SISTEMA: ABRIR
MATERIAL: ALUMÍNIO COM VIDRO FOSCO



LEGENDA DE ACABAMENTOS	
RODAPÉ	
①	RODAPÉ CERÂMICO
②	RODAPÉ EM PORCELANATO ACETINADO
③	RODAPÉ DE MADEIRA
④	RODAPÉ VINÍLICO
⑤	RODAPÉ TÉCNICO EM ALUMÍNIO
PAREDE	
1	REVESTIMENTO COM EMASAMENTO E PINTURA ACRÍLICA
2	REVESTIMENTO EM AZULEJO
3	REVESTIMENTO EM PAINEL DE MADEIRA
4	REVESTIMENTO TEXTURIZADO
5	REVESTIMENTO EM PEDRAS
TETO	
A	LAJE
A	FORRO DE GESSO ACARTONADO EM PLACAS
A	FORRO DE MADEIRA
A	FORRO EM RÉGUAS DE PVC
A	COBERTURA APARENTE
PISO	
V	PISO CERÂMICO
V	PISO EM PORCELANATO ACETINADO
V	PISO COM TACOS DE MADEIRA
V	PISO VINÍLICO
V	PISO LAMINADO
V	PISO ELEVADO
V	PISO DE GRANILITE


LEGENDA DE PISOS	
	PISO COM TACOS DE MADEIRA
	PISO ELEVADO COM ACABAMENTO EM PORCELANATO ACETINADO
	PISO PORCELANATO ACETINADO

FECHAMENTOS	
	PAREDE EM ALVENARIA
	PAREDE EM DRYWALL

LEGENDA DE PORTAS						
Nome	Descrição	Material	Sistema	Largura	Altura	Quantidade
PM1	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,90	2,10	2,00
PM2	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,80	2,10	24,00
PM3	Porta	Madeira	1 fl - abrir	0,70	2,10	2,00
PM4	Porta	Madeira laminado	1 fl - abrir	0,60	1,60	8,00
PM5	Porta	Madeira	1 fl - correr	conforme projeto	conforme projeto	conforme projeto
PA1	Porta	Alumínio c/ Vidro	2 fl - abrir	2,30	2,10	2,00
PA2	Porta	Alumínio Veneziana	2 fl - abrir	1,40	2,10	1,00
PA3	Porta	Alumínio c/ Vidro	2 fl - correr	0,50	2,10	1,00
PC1	Corta Fogo	Metálica	1 fl - abrir	1,00	2,10	1,00
PA4	Porta	Alumínio c/ Vidro Fosco	1 fl - correr	1,20	2,10	1,00
PA5	Porta	Alumínio c/ Vidro Fosco	1 fl - abrir	0,80	2,10	1,00

LEGENDA DE JANELAS							
Nome	Descrição	Material	Sistema	Largura	Altura	Peitoril	Quantidade
JA1	Janela	Alumínio c/ Vidro	correr	3,40	2,00	1,00	23
JF1 - e	Janela existente	Ferro	basculante	0,60	1,00	1,20	16
JF2 - e	Janela existente	Ferro	basculante	1,20	1,60	0,90	3
JF3 - e	Janela existente	Ferro	basculante	0,80	1,60	0,90	1
JF4 - e	Janela existente	Ferro	basculante	1,50	1,60	0,90	5

NOTAS:
CONFERIR MEDIDAS NO LOCAL.
COTA PROPOSTA PARA O FORRO DE GESSO: 15 CM ABAIXO DA VIGA



CUNHA NETO

PROPRIETÁRIO

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DE SÃO PAULO

ENDERÇO

RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527 - SÃO PAULO/SP

TÍTULO

ADEQUAÇÃO INTERNA DO 11º PAVIMENTO

ASSUNTO

DETALHAMENTO ESQUADRIAS

ARQ - 05

ÁREAS (M²)

1.382,30 M2

ESCALA

INDICADA

REVISÃO

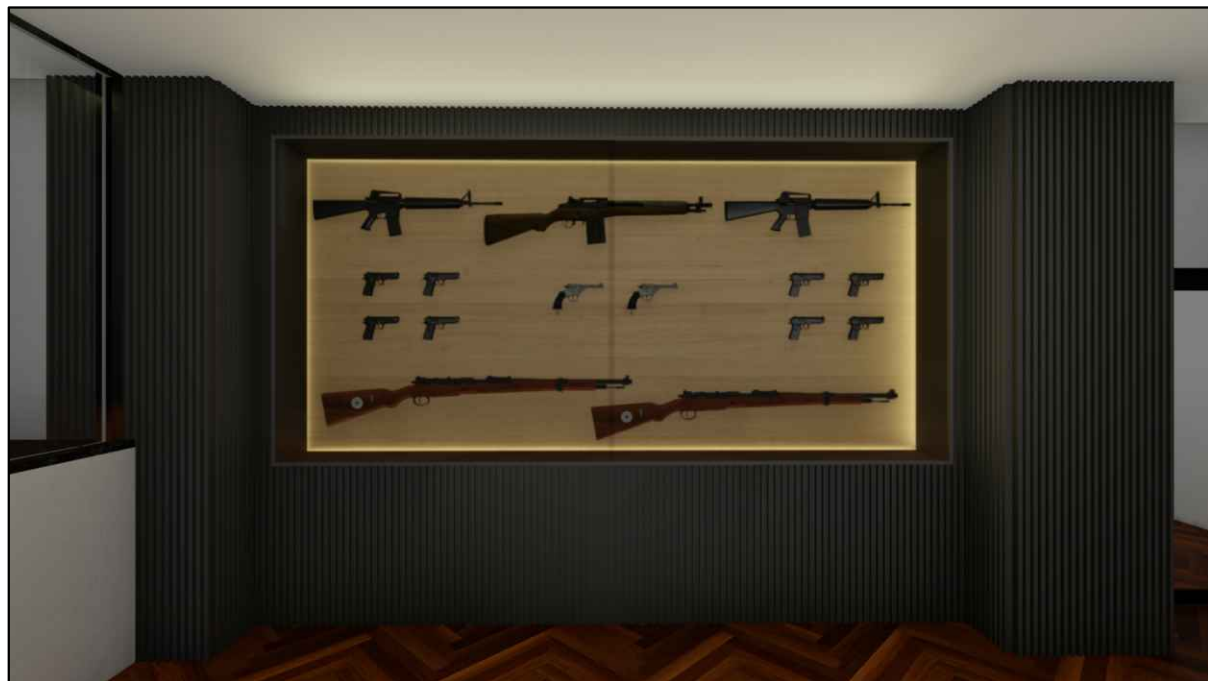
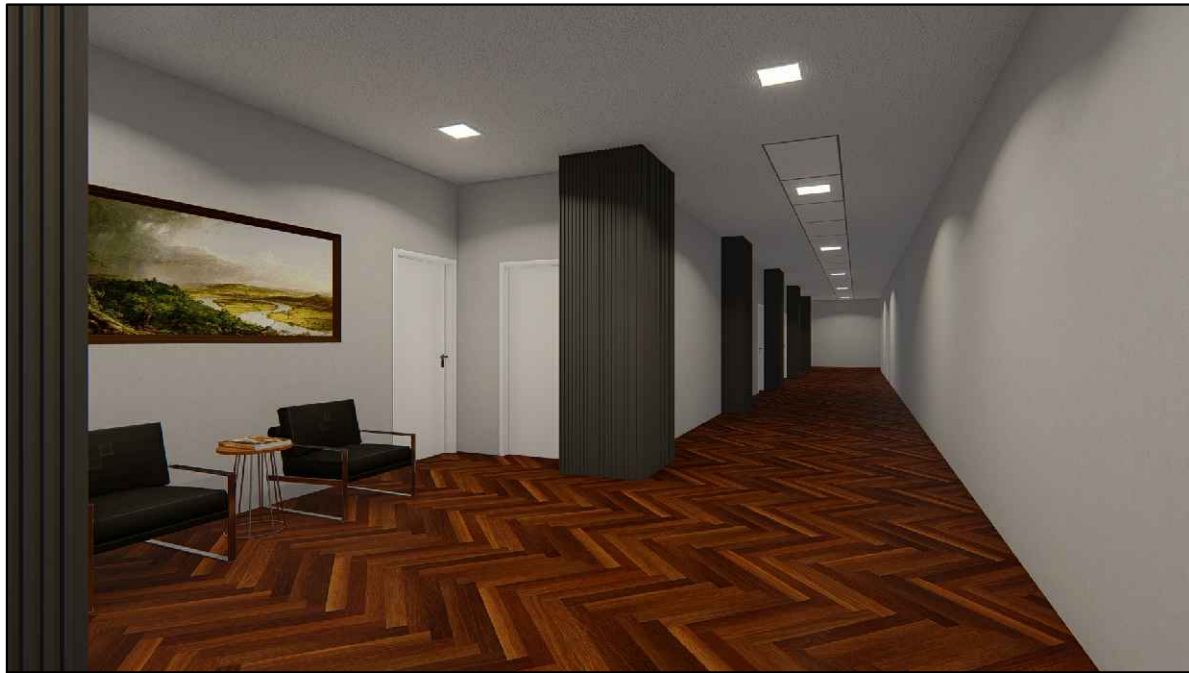
00


DATA

JUNHO/2025

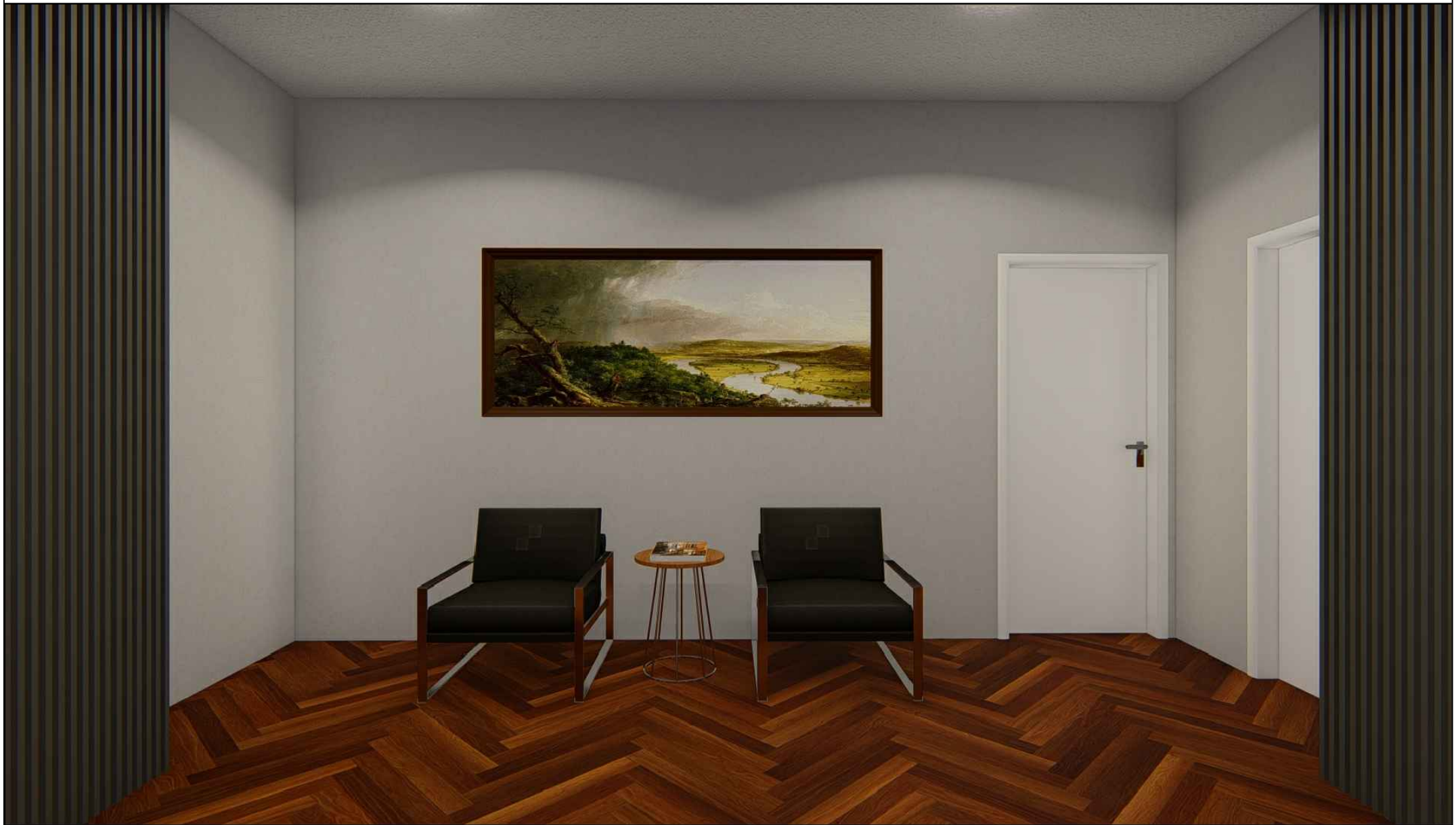
ENGº EDER CUNHA NETO

CREA : 5060125845



		CUNHA NETO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA email: eder@cunhanetoengenharia.com.br (015) 99786 - 5190	
PROPRIETÁRIO			
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO			
ENDEREÇO			
RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527 - SÃO PAULO/SP			
TÍTULO			
REFORMA DO 11º PAVIMENTO			
ASSUNTO			FOLHA
VISTAS INTERNAS			ARQ - 05
ÁREAS - (M²)	1.382,30 M2	ESCALA:	INDICADA
		REVISÃO :	00
DATA : 10/09/2021			
ENGº EDER CUNHA NETO CREA : 5060125845			









DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - DAP

Processo Administrativo nº **058.00079837/2024-65**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A)....., POR
INTERMÉDIO DO(A)..... E
.....

O Estado de São Paulo por meio da Secretaria da Segurança Pública, e esta por intermédio da Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP, com sede na Rua Brigadeiro Tobias, 527 – LUZ, São Paulo/ SP, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0097-38, neste ato representado pelo Senhor João Francisco Ferreira Dias, inscrito no CPF nº 110.221.818-90, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a)....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 03/2024, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia para ADAPTAÇÃO DO 11º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO DENOMINADO PALÁCIO DA POLÍCIA localizado na Rua Brigadeiro Tobias, 527 no Centro Histórico de São Paulo-SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDES.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	SERVIÇOS PRELIMINARES				0,00
010000	Serviço técnico especializado				
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0 - (incluindo As bulit)	UN	6,00		
0,17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1 (interiores)	UN	4,00		
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em	UN	2,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	formato A0				
01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN	6,00		
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	10,00		
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	5,00		
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0 - Dados	UN	5,00		
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	8,00		
020000	Início, apoio e administração da obra				
02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m ²	55,00		
02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	MXMES	480,00		
02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	M	480,00		
02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	8,00		
02.10.020	Locação de obra de edificação	m ²	1.122,00		
s/c	Canteiro de Obras	vb	1,00		
s/c	Administração da Obra	vb	1,00		
	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				0,00
030000	Demolição sem reaproveitamento				
03.01.020	Demolição manual de concreto simples	M3	2,00		
03.01.210	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação e acomodação	m ³	1,50		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	do material				
03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	18,40		
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	45,00		
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	451,20		
04.06.020	Retirada de piso em material sintético assentado a cola	M2	94,99		
04.06.060	Retirada de rodapé inclusive cordão em material sintético	M	52,45		
03.04.040	Demolição manual de rodapé, soleira ou peitoril, em material cerâmico e/ou ladrilho hidráulico, incluindo a base	m	50,00		
03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	m ²	124,20		
04.04.030	Retirada de soleira ou peitoril em pedra, granito ou mármore	M	89,90		
04.07.020	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas	m ²	621,00		
04.07.060	Retirada de sistema de fixação ou tarugamento de forro	M2	621,00		
04.01.040	Retirada de divisória em placa de madeira ou fibrocimento com montantes metálicos	M2	1.194,75		
04.05.020	Retirada de piso em tacos de madeira	M2	108,90		
04.05.100	Retirada de rodapé inclusive cordão em madeira	M	841,80		
04.08.060	Retirada de batente com guarnição e peças lineares em madeira, chumbados	M	250,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

04.08.080	Retirada de elemento em madeira e sistema de fixação tipo quadro, lousa, etc.	M2	150,00		
04.08.100	Retirada de armário em madeira ou metal	M2	390,00		
04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	191,88		
04.09.060	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	308,48		
04.09.080	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, fixados	M	208,00		
04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M2	25,35		
04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	UN	55,00		
04.10.020	Retirada de fechadura ou fecho de embutir	UN	55,00		
04.10.060	Retirada de dobradiça	UN	165,00		
04.11.020	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	20,00		
04.11.030	Retirada de bancada incluindo pertences	M2	2,40		
04.11.040	Retirada de complemento sanitário chumbado	UN	15,00		
04.11.080	Retirada de registro ou válvula embutidos	UN	8,00		
04.14.020	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	3,00		
04.14.040	Retirada de esquadria em vidro	M2	156,40		
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	226,00		
04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	M	1.500,00		
04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo	M	3.800,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	até 6,5 mm				
04.18.380	Remoção de condutor embutido diâmetro externo acima de 6,5 mm	M	1.500,00		
04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	4.500,00		
04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	UN	80,00		
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	230,00		
04.20.040	Remoção de lâmpada	UN	678,00		
04.21.060	Remoção de perfilado	M	910,00		
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	24,02		
04.22.100	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm	M	250,00		
04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo até 50 mm	M	1.250,00		
04.22.120	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo acima de 50 mm	M	50,00		
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	250,00		
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	500,00		
050000	Transporte e movimentação, dentro e fora da obra				
05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria,	M3	450,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	terra, madeira, papel, plástico e metal				
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	800,00		
05.08.120	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 15° km até o 20° km	M3	350,00		
05.08.140	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 20° km	M3XKM	7.000,00		
	ESTRUTURAS				0,00
090000	Forma				
09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M2	12,00		
100000	Armadura e cordoalha estrutural				
10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	150,00		
110000	Concreto, massa e lastro				
11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	3,00		
11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	m³	3,50		
11.18.160	Enchimento de nichos em geral, com areia	M3	7,00		
	ALVENARIA E OUTROS ELEMENTOS DIVISORES				0,00
140000	Alvenaria e elemento divisor				
14.01.020	Alvenaria de embasamento em tijolo maciço comum	M3	0,88		
14.04.210	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 14 cm	M2	33,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

14.02.040	Alvenaria de elevação de 1 tijolo maciço comum	M2	15,60		
14.20.010	Vergas, contravergas e pilaretes de concreto armado	M3	0,36		
14.30.070	Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta	M2	26,12		
14.30.160	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos, espessura 120/90mm - 1RF / 1RF LM	M2	667,41		
14.30.410	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 30 minutos, espessura 100/70mm - 1RU / 1RU	M2	31,35		
14.30.843	Divisória tipo piso/teto em vidro temperado duplo e micro persianas, com coluna estrutural em alumínio extrudado	M2	31,35		
	REVESTIMENTOS				0,00
170000	Revestimento em massa e/ou fundido no local				
17.01.040	Lastro de concreto impermeabilizado	M3	2,50		
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,00		
17.02.020	Chapisco	M2	30,00		
17.02.040	Chapisco com branco	M2	305,64		
17.02.120	Emboço comum	M2	305,64		
17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	225,78		
180000	Revestimento cerâmico				
18.08.090	Revestimento em porcelanato esmaltado acetinado para área interna e ambiente com	M2	166,46		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	acesso ao exterior, grupo de absorção Bla, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado				
18.08.032	Revestimento em porcelanato esmaltado antiderrapante para área externa e ambiente com alto tráfego, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	104,15		
18.08.180	Rodapé em porcelanato técnico polido para área interna e ambiente de médio tráfego, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	229,00		
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada 20 x 20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	315,24		
32.06.120	Argila expandida	M3	20,70		
190000	Revestimento em pedra				
19.01.064	Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido	M	138,10		
19.03.090	Revestimento em pedra Miracema	M2	36,25		
19.03.110	Rodapé em pedra Miracema, altura de 11,5 cm	M	19,50		
20.20.202	Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	M2	1.114,05		
17.40.010	Reparos em piso de granilite - estucamento e polimento	M2	85,00		
	FORRO, BRISE E FACHADA				0,00



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

22.02.100	Forro em painéis de gesso acartonado, acabamento liso com película em PVC - 625mm x 1250mm, espessura de 9,5mm, removível	M2	45,50		
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5 mm, fixo	M2	1.571,35		
	ESQUADRIAS E ELEMENTOS METÁLICOS / MADEIRA				0,00
230000	Esquadria, marcenaria e elemento em madeira				
23.09.030	Porta lisa com batente madeira - 70 x 210 cm	UN	5,00		
23.09.040	Porta lisa com batente madeira - 80 x 210 cm	UN	22,00		
23.09.050	Porta lisa com batente madeira - 90 x 210 cm	UN	2,00		
23.13.064	Porta lisa de madeira, interna, resistente a umidade "PIM RU", para acabamento em pintura, de correr ou deslizante, tipo acessível, padrão dimensional pesado, com sistema deslizante e ferragens, completo - 100 x 210 cm	UN	3,00		
23.04.080	Porta em laminado fenólico melamínico com batente em alumínio - 60 x 160 cm	UN	8,00		
s/c	Revestimento em Pannel em mdf tipo Ripado na cor Preto incluindo estrutura de fixação (material e mão de obra)	m2	311,88		
20.10.040	Rodapé de madeira de 7 x 1,5 cm	M	171,00		
15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira (bancada)	M3	0,21		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

240000	Esquadria, serralheria e elemento em ferro				
24.06.030	Guarda-corpo com vidro de 8 mm, em tubo de aço galvanizado, diâmetro 1 1/2'	M	19,00		
24.02.290	Porta/portão de correr em chapa cega dupla, sob medida	m²	25,35		
24.20.020	Recolocação de esquadrias metálicas	m²	195,50		
250000	Esquadrias em Alumínio				
25.01.400	Caixilho em alumínio anodizado fixo	m²	8,00		
25.01.080	Caixilho em alumínio de correr, sob medida	M2	195,50		
25.02.020	Porta de entrada de abrir em alumínio, sob medida	M2	10,12		
25.02.250	Porta em alumínio anodizado de abrir, tipo veneziana, sob medida - bronze/preto	M2	2,94		
260000	Esquadria e elemento em vidro				
26.01.080	Vidro liso transparente de 6 mm	M2	16,32		
26.02.020	Vidro temperado incolor de 6 mm	M2	8,00		
26.02.060	Vidro temperado incolor de 10 mm	M2	10,12		
26.03.070	Vidro laminado temperado incolor de 8mm	M2	195,50		
26.04.030	Espelho comum de 3 mm com moldura em alumínio	M2	4,90		
280000	Ferragem complementar para esquadrias				
28.01.020	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	CJ	27,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

28.01.030	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas	CJ	4,00		
28.01.070	Ferragem completa para porta de box de WC tipo livre/ocupado	CJ	8,00		
28.01.160	Mola aérea para porta, com esforço acima de 50 kg até 60 kg	UN	4,00		
	ACESSIBILIDADE				0,00
300000	Acessibilidade				
30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 mm	UN	4,00		
30.01.050	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 x 800 mm	UN	2,00		
30.01.120	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4' x 400 mm	UN	2,00		
30.08.040	Lavatório de louça para canto sem coluna para pessoas com mobilidade reduzida	UN	2,00		
30.08.060	Bacia sifonada de louça para pessoas com mobilidade reduzida - 6 litros	un	2,00		
30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	4,00		
	PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO				0,00
320000	Impermeabilização, isolamento, proteção e junta				



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

32.17.040	Impermeabilização em argamassa polimérica com reforço em tela poliéster para pressão hidrostática positiva	M2	145,20		
32.17.010	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	M3	10,16		
330000	Pintura				
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	3.141,62		
33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	565,88		
33.10.020	Tinta látex em massa, inclusive preparo	M2	1.855,50		
33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	M2	185,50		
33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	M2	2.086,20		
33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	82,64		
33.01.350	Preparo de base para superfície metálica com fundo antioxidante	M2	82,64		
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	165,45		
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				0,00
370000	Quadro e painel para energia elétrica e telefonia				
37.01.080	Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm	UN	4,00		
37.01.120	Quadro Telebrás de embutir de 600 x 600 x 120 mm	UN	4,00		
37.03.200	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 16 DIN / 12 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		
37.13.800	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	80,00		
37.13.810	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	30,00		
37.13.840	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	30,00		
37.13.850	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	20,00		
37.13.860	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 63 A	UN	10,00		
37.13.870	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 400 V, corrente de 80 A até 100 A	UN	10,00		
37.17.060	Dispositivo diferencial residual de 25 A x 30 mA - 2 polos	UN	4,00		
37.17.070	Dispositivo diferencial residual de 40 A x 30 mA - 2 polos	UN	4,00		
37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
37.17.100	Dispositivo diferencial residual de 80 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
37.24.032	Supressor de surto monofásico, Fase-Terra, In > ou = 20 kA, I _{max} . de surto de	UN	4,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	50 até 80 kA				
380000	Tubulação e conduto para energia elétrica e telefonia básica				
38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4' com acessórios	M	405,00		
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1' com acessórios	M	270,00		
38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4' (tirante)	M	300,00		
38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	500,00		
38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	M	500,00		
38.16.150	Rodapé técnico duplo e tampa com pintura eletrostática	M	348,20		
38.16.160	Curva vertical dupla de 90°, interna ou externa e tampa com pintura eletrostática	UN	50,00		
38.16.190	Terminal de fechamento ou mata junta com pintura eletrostática, para rodapé técnico duplo	UN	50,00		
38.16.200	Curva horizontal dupla de 90°, interna ou externa e tampa com pintura eletrostática	UN	150,00		
38.19.030	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 25 mm	M	1.890,00		
38.19.040	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 32 mm	M	405,00		
38.21.110	Eletrocalha lisa galvanizada a	M	150,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	fogo, 50 x 50 mm, com acessórios				
38.21.120	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios	M	132,00		
38.21.130	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 150 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.140	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 200 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.350	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 300 x 100 mm, com acessórios	M	150,00		
38.22.610	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 50mm	M	150,00		
38.22.620	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100mm	M	132,00		
38.22.630	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 150mm	M	150,00		
38.22.640	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 200mm	M	150,00		
38.22.660	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 300mm	M	150,00		
38.23.010	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 50x50mm	UN	150,00		
38.23.020	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50mm	UN	132,00		
38.23.030	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x50mm	UN	150,00		
38.23.040	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 200x50mm	UN	150,00		
38.23.150	Suporte para eletrocalha,	UN	150,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	galvanizado a fogo, 300x100mm				
390000	Condutor e enfição de energia elétrica e telefonia				
39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	7.092,00		
39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	2.448,00		
39.21.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	600,00		
39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	300,00		
39.11.080	Cabo telefônico CI, com 50 pares de 0,50 mm, para centrais telefônicas, equipamentos e rede interna	M	300,00		
39.18.126	Cabo para rede 24 AWG com 4 pares, categoria 6	M	2.000,00		
400000	Distribuição de força e comando de energia elétrica e telefonia				
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	180,00		
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	120,00		
40.05.020	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	50,00		
40.05.040	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	20,00		
40.05.060	Interruptor com 3 teclas simples e placa	cj	10,00		
40.05.170	Interruptor bipolar paralelo, 1 tecla dupla e placa	cj	8,00		
40.05.180	Interruptor bipolar simples, 1 tecla dupla e placa	cj	4,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

40.07.010	Caixa em PVC de 4' x 2'	un	70,00		
40.07.020	Caixa em PVC de 4' x 4'	un	10,00		
40.02.060	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 200 x 200 x 100 mm	UN	50,00		
40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	cj	15,00		
40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	un	150,00		
40.06.040	Condulete metálico de 3/4'	cj	150,00		
40.06.060	Condulete metálico de 1'	cj	150,00		
410000	Iluminação				
41.14.620	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta com refletor e aletas parabólicas para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares 28/54W	UN	15,00		
41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 a 24 W	UN	182,00		
41.02.551	Lâmpada led tubular T8 com base G13, de 1850 até 2000 lm - 18 a 20W	un	30,00		
43.20.130	Caixa de passagem para condicionamento de ar tipo Split, com saída de dreno único na vertical - 39 x 22 x 6 cm	UN	22,00		
43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	1,00		
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS				0,00
440000	Bancadas, aparelhos, louças e metais				



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

44.01.800	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada sem tampa - 6 litros	CJ	9,00		
44.01.200	Mictório de louça sifonado auto aspirante	UN	2,00		
44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	UN	9,00		
44.01.310	Tanque de louça com coluna de 30 litros	UN	2,00		
44.03.645	Torneira para bancada automática, acionamento hidromecânico, em latão cromado, DN= 1/2' ou 3/4'	UN	9,00		
44.03.470	Torneira de parede para pia com bica móvel e arejador, em latão fundido cromado	UN	2,00		
44.03.450	Torneira longa sem rosca para uso geral, em latão fundido cromado	UN	2,00		
44.03.300	Torneira volante tipo alavanca	UN	2,00		
44.20.280	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	10,00		
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1'	UN	15,00		
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2'	un	15,00		
44.06.320	Cuba em aço inoxidável simples de 560x330x140mm	UN	2,00		
44.20.620	Válvula americana	UN	2,00		
44.20.640	Válvula de metal cromado de 1 1/2'	UN	11,00		
460000	Tubulação e condutores para líquidos e gases				
46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4'), inclusive conexões	M	100,00		
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	M	100,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	50,00		
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	50,00		
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	80,00		
46.27.070	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 5/16", inclusive conexões	M	215,00		
46.27.080	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/8", inclusive conexões	M	150,00		
46.27.090	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/2", inclusive conexões	M	150,00		
32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2' (cobre)	M	515,00		
32.11.420	Manta em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para isolamento térmico de tubulação acima de 6'	M2	10,00		
61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	50,00		
470000	Válvulas e aparelhos de medição e controle para líquidos e gases				
47.02.020	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4' - linha	UN	9,00		



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	especial				
47.02.050	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1 1/2' - linha especial	UN	4,00		
47.01.020	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4'	UN	2,00		
47.04.100	Válvula de mictório padrão, vazão automática, DN= 3/4'	UN	2,00		
490000	Caixa, ralo, grelha e acessório hidráulico				
49.01.020	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	9,00		
49.01.030	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	2,00		
500000	Deteção, combate e prevenção a incêndio				
50.01.320	Abrigo de hidrante de 1 1/2' completo - inclusive mangueira de 30 m (2 x 15 m)	UN	4,00		
50.01.090	Botoeira para acionamento de bomba de incêndio tipo quebra-vidro	UN	4,00		
50.05.312	Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis	UN	30,00		
50.05.270	Central de detecção e alarme de incêndio completa, autonomia de 1 hora para 12 laços, 220 V/12 V	UN	2,00		
50.05.280	Sirene tipo corneta de 12 V	UN	4,00		
50.10.060	Extintor manual de pó	UN	4,00		



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

	químico seco BC - capacidade de 8 kg				
50.10.100	Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros	UN	8,00		
	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				0,00
550000	Limpeza				
55.01.020	Limpeza final da obra	M2	1.200,00		
55.01.100	Limpeza complementar e especial de vidros	M2	234,84		
970000	Comunicação visual				
97.02.210	Placa de sinalização em PVC para ambientes	UN	7,20		
97.02.036	Placa de identificação em PVC com texto em vinil	M2	6,20		
97.05.140	Suporte de perfil metálico galvanizado	KG	30,00		
	VALOR TOTAL DA OBRA BDI 0,00%				0,00
	BDI (%)				0,00
	VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI				0,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 18 (dezoito) meses, contados da data da ordem de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. Em conformidade com o disposto no art. 24, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o valor total estimado da presente licitação será mantido sigiloso durante a fase externa, de modo a garantir a efetividade do processo competitivo, evitar direcionamento e proteger o interesse público.

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais CDHU – Versão 197, mês de maio de 2025, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de Edificações - específicos: "Delegacias e Cadeias", divulgado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Estadual nº 27.133/87, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias conforme estabelecido no art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21, para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias conforme estabelecido no art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) "habite-se", emitida pelo Município; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16(dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 9.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.1.27. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 9.1.28. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.29. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
- 9.1.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.1.33. Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.1.34. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.1.35. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;
- 9.1.36. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência, conforme o caso;
- 9.1.37. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.1.38. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, quelibere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.1.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.41. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no [Termo de Referência](#) e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.42. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.42.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.42.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.42.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos,

9.1.44. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade seguro-garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
- 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- 11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
- 11.6.1. Caso fortuito ou força maior;
- 11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
- 11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5.% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5.% a 20.% do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 20.% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

- 13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: UASG – 180376
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 180205
- IV. Elemento de Despesa: 339039

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX

orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Governo do Estado de São Paulo
Polícia Civil do Estado de São Paulo
Divisão de Suprimentos - Equipe C

PROPOSTA

Nº do Processo: 058.00079837/2024-65

Interessado: Divisão de Suprimentos - Equipe C

Assunto: Serviços comuns de engenharia - Reforma do 11º andar do Palácio da Polícia Civil

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO 11º PAVIMENTO

MODELO DE PROPOSTA - PLANILHA QUANTITATIVA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN	QTDES.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	SERVIÇOS PRELIMINARES				0,00
010000	Serviço técnico especializado				
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0 - (incluindo Asbulit)	UN	6,00		
01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1 (interiores)	UN	4,00		
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A0	UN	2,00		
01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN	6,00		
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	10,00		
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	5,00		
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0 - Dados	UN	5,00		
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	8,00		
020000	Início, apoio e administração da obra				
02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	m²	55,00		
02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	MXMES	480,00		

02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	M	480,00		
02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	8,00		
02.10.020	Locação de obra de edificação	m²	1.122,00		
s/c	Canteiro de Obras	vb	1,00		
s/c	Administração da Obra	vb	1,00		
	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				0,00
030000	Demolição sem reaproveitamento				
03.01.020	Demolição manual de concreto simples	M3	2,00		
03.01.210	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação e acomodação do material	ms	1,50		
03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	18,40		
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	45,00		
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	451,20		
04.06.020	Retirada de piso em material sintético assentado a cola	M2	94,99		
04.06.060	Retirada de rodapé inclusive cordão em material sintético	M	52,45		
03.04.040	Demolição manual de rodapé, soleira ou peitoril, em material cerâmico e/ou ladrilho hidráulico, incluindo a base	m	50,00		
03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	m²	124,20		
04.04.030	Retirada de soleira ou peitoril em pedra, granito ou mármore	M	89,90		
04.07.020	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas	m²	621,00		
04.07.060	Retirada de sistema de fixação ou tarugamento de forro	M2	621,00		
04.01.040	Retirada de divisória em placa de madeira ou fibrocimento com montantes metálicos	M2	1.194,75		
04.05.020	Retirada de piso em tacos de madeira	M2	108,90		
04.05.100	Retirada de rodapé inclusive cordão em madeira	M	841,80		
04.08.060	Retirada de batente com guarnição e peças lineares em madeira, chumbados	M	250,00		
04.08.080	Retirada de elemento em madeira e sistema de fixação tipo quadro, lousa, etc.	M2	150,00		
04.08.100	Retirada de armário em madeira ou metal	M2	390,00		
04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	191,88		
04.09.060	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	308,48		
04.09.080	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, fixados	M	208,00		
04.09.100	Retirada de guarda-corpo ou gradil em geral	M2	25,35		
04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	UN	55,00		

04.10.020	Retirada de fechadura ou fecho de embutir	UN	55,00		
04.10.060	Retirada de dobradiça	UN	165,00		
04.11.020	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	20,00		
04.11.030	Retirada de bancada incluindo pertences	M2	2,40		
04.11.040	Retirada de complemento sanitário chumbado	UN	15,00		
04.11.080	Retirada de registro ou válvula embutidos	UN	8,00		
04.14.020	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	3,00		
04.14.040	Retirada de esquadria em vidro	M2	156,40		
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	226,00		
04.18.360	Remoção de condutor aparente diâmetro externo acima de 6,5 mm	M	1.500,00		
04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	M	3.800,00		
04.18.380	Remoção de condutor embutido diâmetro externo acima de 6,5 mm	M	1.500,00		
04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	4.500,00		
04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	UN	80,00		
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	230,00		
04.20.040	Remoção de lâmpada	UN	678,00		
04.21.060	Remoção de perfilado	M	910,00		
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	24,02		
04.22.100	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo acima de 50 mm	M	250,00		
04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo até 50 mm	M	1.250,00		
04.22.120	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo acima de 50 mm	M	50,00		
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	250,00		
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	500,00		
050000	Transporte e movimentação, dentro e fora da obra				
05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	M3	450,00		
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	800,00		
05.08.120	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 15° km até o 20° km	M3	350,00		
05.08.140	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 20° km	M3XKM	7.000,00		

	ESTRUTURAS				0,00
090000	Forma				
09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	M2	12,00		
100000	Armadura e cordoalha estrutural				
10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	150,00		
110000	Concreto, massa e lastro				
11.03.090	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	3,00		
11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	ms	3,50		
11.18.160	Enchimento de nichos em geral, com areia	M3	7,00		
	ALVENARIA E OUTROS ELEMENTOS				0,00
	DIVISORES				
140000	Alvenaria e elemento divisor				
14.01.020	Alvenaria de embasamento em tijolo maciço comum	M3	0,88		
14.04.210	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 14 cm	M2	33,00		
14.02.040	Alvenaria de elevação de 1 tijolo maciço comum	M2	15,60		
14.20.010	Vergas, contravergas e pilaretes de concreto armado	M3	0,36		
14.30.070	Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta	M2	26,12		
14.30.160	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos, espessura 120/90mm - 1RF / 1RF LM	M2	667,41		
14.30.410	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 30 minutos, espessura 100/70mm - 1RU / 1RU	M2	31,35		
14.30.843	Divisória tipo piso/teto em vidro temperado duplo e micro persianas, com coluna estrutural em alumínio extrudado	M2	31,35		
	REVESTIMENTOS				0,00
170000	Revestimento em massa e/ou fundido no local				
17.01.040	Lastro de concreto impermeabilizado	M3	2,50		
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,00		
17.02.020	Chapisco	M2	30,00		
17.02.040	Chapisco com branco	M2	305,64		
17.02.120	Emboço comum	M2	305,64		
17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	225,78		
180000	Revestimento cerâmico				

18.08.090	Revestimento em porcelanato esmaltado acetinado para área interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção Bla, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	166,46		
18.08.032	Revestimento em porcelanato esmaltado antiderrapante para área externa e ambiente com alto tráfego, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	104,15		
18.08.180	Rodapé em porcelanato técnico polido para área interna e ambiente de médio tráfego, grupo de absorção Bla, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M	229,00		
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada 20 x 20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	315,24		
32.06.120	Argila expandida	M3	20,70		
190000	Revestimento em pedra				
19.01.064	Peitoril e/ou soleira em granito, espessura de 2 cm e largura de 21 cm até 30 cm, acabamento polido	M	138,10		
19.03.090	Revestimento em pedra Miracema	M2	36,25		
19.03.110	Rodapé em pedra Miracema, altura de 11,5 cm	M	19,50		
20.20.202	Raspagem com calafetação e aplicação de verniz	M2	1.114,05		
17.40.010	Reparos em piso de granilite - estucamento e polimento	M2	85,00		
	FORRO, BRISE E FACHADA				0,00
22.02.100	Forro em painéis de gesso acartonado, acabamento liso com película em PVC - 625mm x 1250mm, espessura de 9,5mm, removível	M2	45,50		
22.02.030	Forro em painéis de gesso acartonado, espessura de 12,5 mm, fixo	M2	1.571,35		
	ESQUADRIAS E ELEMENTOS METÁLICOS / MADEIRA				0,00
230000	Esquadria, marcenaria e elemento em madeira				
23.09.030	Porta lisa com batente madeira - 70 x 210 cm	UN	5,00		
23.09.040	Porta lisa com batente madeira - 80 x 210 cm	UN	22,00		
23.09.050	Porta lisa com batente madeira - 90 x 210 cm	UN	2,00		
23.13.064	Porta lisa de madeira, interna, resistente a umidade "PIM RU", para acabamento em pintura, de correr ou deslizante, tipo acessível, padrão dimensional pesado, com sistema deslizante e ferragens, completo - 100 x 210 cm	UN	3,00		
23.04.080	Porta em laminado fenólico melamínico com batente em alumínio - 60 x 160 cm	UN	8,00		
s/c	Revestimento em Pannel em mdf tipo Ripado na cor Preto incluindo estrutura de fixação (material e mão de obra)	m2	311,88		

20.10.040	Rodapé de madeira de 7 x 1,5 cm	M	171,00		
15.20.020	Fornecimento de peças diversas para estrutura em madeira (bancada)	M3	0,21		
240000	Esquadria, serralheria e elemento em ferro				
24.06.030	Guarda-corpo com vidro de 8 mm, em tubo de aço galvanizado, diâmetro 1 1/2"	M	19,00		
24.02.290	Porta/portão de correr em chapa cega dupla, sob medida	m²	25,35		
24.20.020	Recolocação de esquadrias metálicas	m²	195,50		
250000	Esquadrias em Alumínio				
25.01.400	Caixilho em alumínio anodizado fixo	m²	8,00		
25.01.080	Caixilho em alumínio de correr, sob medida	M2	195,50		
25.02.020	Porta de entrada de abrir em alumínio, sob medida	M2	10,12		
25.02.250	Porta em alumínio anodizado de abrir, tipo veneziana, sob medida - bronze/preto	M2	2,94		
260000	Esquadria e elemento em vidro				
26.01.080	Vidro liso transparente de 6 mm	M2	16,32		
26.02.020	Vidro temperado incolor de 6 mm	M2	8,00		
26.02.060	Vidro temperado incolor de 10 mm	M2	10,12		
26.03.070	Vidro laminado temperado incolor de 8mm	M2	195,50		
26.04.030	Espelho comum de 3 mm com moldura em alumínio	M2	4,90		
280000	Ferragem complementar para esquadrias				
28.01.020	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	CJ	27,00		
28.01.030	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas	CJ	4,00		
28.01.070	Ferragem completa para porta de box de WC tipo livre/ocupado	CJ	8,00		
28.01.160	Mola aérea para porta, com esforço acima de 50 kg até 60 kg	UN	4,00		
	ACESSIBILIDADE				0,00
300000	Acessibilidade				
30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm	UN	4,00		
30.01.050	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 x 800 mm	UN	2,00		

30.01.120	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4" x 400 mm	UN	2,00		
30.08.040	Lavatório de louça para canto sem coluna para pessoas com mobilidade reduzida	UN	2,00		
30.08.060	Bacia sifonada de louça para pessoas com mobilidade reduzida - 6 litros	un	2,00		
30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	4,00		
	PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO				0,00
320000	Impermeabilização, isolamento, proteção e junta				
32.17.040	Impermeabilização em argamassa polimérica com reforço em tela poliéster para pressão hidrostática positiva	M2	145,20		
32.17.010	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	M3	10,16		
330000	Pintura				
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	3.141,62		
33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	565,88		
33.10.020	Tinta látex em massa, inclusive preparo	M2	1.855,50		
33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	M2	185,50		
33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	M2	2.086,20		
33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	82,64		
33.01.350	Preparo de base para superfície metálica com fundo antioxidante	M2	82,64		
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	165,45		
	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				0,00
370000	Quadro e painel para energia elétrica e telefonia				
37.01.080	Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm	UN	4,00		
37.01.120	Quadro Telebrás de embutir de 600 x 600 x 120 mm	UN	4,00		
37.03.200	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 16 DIN / 12 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		
37.04.280	Quadro de distribuição universal de sobrepor, para disjuntores 44 DIN / 32 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	4,00		
37.13.800	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	80,00		
37.13.810	Mini-disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	30,00		

37.13.840	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 32 A	UN	30,00		
37.13.850	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 40 A até 50 A	UN	20,00		
37.13.860	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 63 A	UN	10,00		
37.13.870	Mini-disjuntor termomagnético, bipolar 400 V, corrente de 80 A até 100 A	UN	10,00		
37.17.060	Dispositivo diferencial residual de 25 A x 30 mA - 2 polos	UN	4,00		
37.17.070	Dispositivo diferencial residual de 40 A x 30 mA - 2 polos	UN	4,00		
37.17.090	Dispositivo diferencial residual de 63 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
37.17.100	Dispositivo diferencial residual de 80 A x 30 mA - 4 polos	UN	4,00		
37.24.032	Supressor de surto monofásico, Fase-Terra, In > ou = 20 kA, I _{max} . de surto de 50 até 80 kA	UN	4,00		
380000	Tubulação e conduto para energia elétrica e telefonia básica				
38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4' com acessórios	M	405,00		
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1' com acessórios	M	270,00		
38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4' (tirante)	M	300,00		
38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	500,00		
38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	M	500,00		
38.16.150	Rodapé técnico duplo e tampa com pintura eletrostática	M	348,20		
38.16.160	Curva vertical dupla de 90°, interna ou externa e tampa com pintura eletrostática	UN	50,00		
38.16.190	Terminal de fechamento ou mata junta com pintura eletrostática, para rodapé técnico duplo	UN	50,00		
38.16.200	Curva horizontal dupla de 90°, interna ou externa e tampa com pintura eletrostática	UN	150,00		
38.19.030	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 25 mm	M	1.890,00		
38.19.040	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 32 mm	M	405,00		
38.21.110	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 50 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.120	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 100 x 50 mm, com acessórios	M	132,00		
38.21.130	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 150 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		

38.21.140	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 200 x 50 mm, com acessórios	M	150,00		
38.21.350	Eletrocalha lisa galvanizada a fogo, 300 x 100 mm, com acessórios	M	150,00		
38.22.610	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 50mm	M	150,00		
38.22.620	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 100mm	M	132,00		
38.22.630	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 150mm	M	150,00		
38.22.640	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 200mm	M	150,00		
38.22.660	Tampa de encaixe para eletrocalha, galvanizada a fogo, L= 300mm	M	150,00		
38.23.010	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 50x50mm	UN	150,00		
38.23.020	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 100x50mm	UN	132,00		
38.23.030	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 150x50mm	UN	150,00		
38.23.040	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 200x50mm	UN	150,00		
38.23.150	Suporte para eletrocalha, galvanizado a fogo, 300x100mm	UN	150,00		
390000	Condutor e enfição de energia elétrica e telefonia				
39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	7.092,00		
39.21.040	Cabo de cobre flexível de 6 mm ² , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	2.448,00		
39.21.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm ² , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	600,00		
39.21.060	Cabo de cobre flexível de 16 mm ² , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	300,00		
39.11.080	Cabo telefônico CI, com 50 pares de 0,50 mm, para centrais telefônicas, equipamentos e rede interna	M	300,00		
39.18.126	Cabo para rede 24 AWG com 4 pares, categoria 6	M	2.000,00		
400000	Distribuição de força e comando de energia elétrica e telefonia				
40.04.450	Tomada 2P+T de 10 A - 250 V, completa	cj	180,00		
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	120,00		
40.05.020	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	50,00		
40.05.040	Interruptor com 2 teclas simples e placa	cj	20,00		
40.05.060	Interruptor com 3 teclas simples e placa	cj	10,00		
40.05.170	Interruptor bipolar paralelo, 1 tecla dupla e placa	cj	8,00		
40.05.180	Interruptor bipolar simples, 1 tecla dupla e placa	cj	4,00		
40.07.010	Caixa em PVC de 4' x 2'	un	70,00		

40.07.020	Caixa em PVC de 4' x 4'	un	10,00		
40.02.060	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 200 x 200 x 100 mm	UN	50,00		
40.04.470	Conjunto 2 tomadas 2P+T de 10 A, completo	cj	15,00		
40.04.096	Tomada RJ 45 para rede de dados, com placa	un	150,00		
40.06.040	Condutele metálico de 3/4'	cj	150,00		
40.06.060	Condutele metálico de 1'	cj	150,00		
410000	Iluminação				
41.14.620	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta com refletor e aletas parabólicas para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares 28/54W	UN	15,00		
41.31.070	Luminária LED quadrada de sobrepor com difusor prismático translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 1363 a 1800 lm, potência de 15 a 24 W	UN	182,00		
41.02.551	Lâmpada led tubular T8 com base G13, de 1850 até 2000 lm - 18 a 20W	un	30,00		
43.20.130	Caixa de passagem para condicionamento de ar tipo Split, com saída de dreno único na vertical - 39 x 22 x 6 cm	UN	22,00		
43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190ms/h	UN	1,00		
	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS				0,00
440000	Bancadas, aparelhos, louças e metais				
44.01.800	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada sem tampa - 6 litros	CJ	9,00		
44.01.200	Mictório de louça sifonado auto aspirante	UN	2,00		
44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	UN	9,00		
44.01.310	Tanque de louça com coluna de 30 litros	UN	2,00		
44.03.645	Torneira para bancada automática, acionamento hidromecânico, em latão cromado, DN= 1/2'ou 3/4'	UN	9,00		
44.03.470	Torneira de parede para pia com bica móvel e arejador, em latão fundido cromado	UN	2,00		
44.03.450	Torneira longa sem rosca para uso geral, em latão fundido cromado	UN	2,00		
44.03.300	Torneira volante tipo alavanca	UN	2,00		
44.20.280	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	10,00		
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1'	UN	15,00		
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2'	un	15,00		
44.06.320	Cuba em aço inoxidável simples de 560x330x140mm	UN	2,00		
44.20.620	Válvula americana	UN	2,00		
44.20.640	Válvula de metal cromado de 1 1/2'	UN	11,00		
460000	Tubulação e condutores para líquidos e gases				

46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4'), inclusive conexões	M	100,00		
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1'), inclusive conexões	M	100,00		
46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	50,00		
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	50,00		
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	80,00		
46.27.070	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 5/16", inclusive conexões	M	215,00		
46.27.080	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/8", inclusive conexões	M	150,00		
46.27.090	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/2", inclusive conexões	M	150,00		
32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2' (cobre)	M	515,00		
32.11.420	Manta em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para isolamento térmico de tubulação acima de 6'	M2	10,00		
61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	50,00		
470000	Válvulas e aparelhos de medição e controle para líquidos e gases				
47.02.020	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4' - linha especial	UN	9,00		
47.02.050	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1 1/2' - linha especial	UN	4,00		
47.01.020	Registro de gaveta em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4'	UN	2,00		
47.04.100	Válvula de mictório padrão, vazão automática, DN= 3/4'	UN	2,00		
490000	Caixa, ralo, grelha e acessório hidráulico				
49.01.020	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	9,00		
49.01.030	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	2,00		
500000	Detecção, combate e prevenção a incêndio				
50.01.320	Abrigo de hidrante de 1 1/2' completo - inclusive mangueira de 30 m (2 x 15 m)	UN	4,00		
50.01.090	Botoeira para acionamento de bomba de incêndio tipo quebra-vidro	UN	4,00		

50.05.312	Bloco autônomo de iluminação de emergência LED, com autonomia mínima de 3 horas, fluxo luminoso de 2.000 até 3.000 lúmens, equipado com 2 faróis	UN	30,00		
50.05.270	Central de detecção e alarme de incêndio completa, autonomia de 1 hora para 12 laços, 220 V/12 V	UN	2,00		
50.05.280	Sirene tipo corneta de 12 V	UN	4,00		
50.10.060	Extintor manual de pó químico seco BC - capacidade de 8 kg	UN	4,00		
50.10.100	Extintor manual de água pressurizada - capacidade de 10 litros	UN	8,00		
	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				0,00
550000	Limpeza				
55.01.020	Limpeza final da obra	M2	1.200,00		
55.01.100	Limpeza complementar e especial de vidros	M2	234,84		
970000	Comunicação visual				
97.02.210	Placa de sinalização em PVC para ambientes	UN	7,20		
97.02.036	Placa de identificação em PVC com texto em vinil	M2	6,20		
97.05.140	Suporte de perfil metálico galvanizado	KG	30,00		
	VALOR TOTAL DA OBRA BDI 0,00%				0,00
	BDI (%)				0,00
	VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI				0,00

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de

amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO V

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO V.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO LC-01- TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: _____

ADVOGADO(S) /Nº OAB/ e-mail:(*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP–CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

_____ Cargo: _____

_____ CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

_____ Cargo: _____

_____ CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

_____ Cargo: _____

_____ CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

_____ Cargo: _____

_____ CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

_____ Cargo: _____

_____ CPF: _____

Assinatura: _____

(*)Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.